

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.966.801	2.019.742
1.01	Ativo Circulante	204.644	357.078
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28	18
1.01.02	Aplicações Financeiras	202.267	315.421
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	202.267	315.421
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	202.267	315.421
1.01.03	Contas a Receber	0	207
1.01.03.01	Clientes	0	207
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.954	5.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.954	5.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	395	36.432
1.01.08.03	Outros	395	36.432
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	385	36.127
1.01.08.03.07	Demais ativos	10	305
1.02	Ativo Não Circulante	1.762.157	1.662.664
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.124	8.101
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.630	4.615
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.630	4.615
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.494	3.486
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.494	3.486
1.02.02	Investimentos	1.749.026	1.654.559
1.02.02.01	Participações Societárias	1.749.026	1.654.559
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.747.050	1.653.581
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.976	978
1.02.03	Imobilizado	5	2
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	2
1.02.04	Intangível	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2
1.02.04.01.07	Outros	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.966.801	2.019.742
2.01	Passivo Circulante	119.753	116.417
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	783	1.710
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	783	1.710
2.01.02	Fornecedores	139	106
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	139	106
2.01.03	Obrigações Fiscais	214	253
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	214	253
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	214	253
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	118.026	113.737
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.026	113.737
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	118.026	113.737
2.01.05	Outras Obrigações	591	611
2.01.05.02	Outros	591	611
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	542	542
2.01.05.02.09	Demais obrigações	49	69
2.02	Passivo Não Circulante	130.216	239.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	117.935	227.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	117.935	227.355
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	117.935	227.355
2.02.02	Outras Obrigações	3.524	3.657
2.02.02.02	Outros	3.524	3.657
2.02.02.02.04	Outros tributos	178	249
2.02.02.02.05	Demais obrigações	3.346	3.408
2.02.04	Provisões	8.757	8.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.757	8.757
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.479	8.479
2.03	Patrimônio Líquido	1.716.832	1.663.556
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	9.070	6.951
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	11.807	9.688
2.03.04	Reservas de Lucros	986.791	986.791
2.03.04.01	Reserva Legal	67.595	67.595
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.665	195.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	658.937	658.937
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.201	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-44.929	-113.248
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.673	5.137
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.576	-6.079

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	606	1.228	598	1.174
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35	-105	-89	-286
3.03	Resultado Bruto	571	1.123	509	888
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.000	-12.715	15.463	7.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.148	-6.770	-4.647	-10.186
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	473	473	1.127	1.135
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-218	-491	-726	-1.002
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.107	-5.927	19.709	17.188
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.429	-11.592	15.972	8.023
3.06	Resultado Financeiro	-1.500	-2.609	948	449
3.06.01	Receitas Financeiras	3.656	7.461	8.327	18.998
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.156	-10.070	-7.379	-18.549
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.929	-14.201	16.920	8.472
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.929	-14.201	16.920	8.472
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.929	-14.201	16.920	8.472
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02570	-0,03680	0,01770	0,00880
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,01770	0,00880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02610	-0,03800	0,01720	0,00830
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	0,01720	0,00830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.929	-14.201	16.920	8.472
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-681	-2.959	508	1.012
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	0	0	-2	-2
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-1.210	-1.995	-1.385	-1.385
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	184	-76	-245	-776
4.02.05	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	345	-888	2.140	3.175
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.610	-17.160	17.428	9.484

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.388	46.498
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	620	4.586
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-14.201	8.472
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	9.210	13.427
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	5.927	-17.188
6.01.01.05	Participação de empregados e administradores	429	1.002
6.01.01.06	Provisões	0	-1.127
6.01.01.08	Outras receitas, líquidas das despesas	-745	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.133	-4.886
6.01.02.01	Contas a receber	0	-6
6.01.02.02	Tributos	-1.768	-2.351
6.01.02.04	Fornecedores	-848	42
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	-3	-718
6.01.02.08	Outras contas ativas e passivas	486	-1.853
6.01.03	Outros	3.901	46.798
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-47.703	0
6.01.03.02	Dividendos/JCP recebidos de controladas	51.604	46.798
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	64.289	-329.388
6.02.01	Depósitos e bloqueios judiciais	-8	-58
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-3	0
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-47.856	-9.191
6.02.04	Aplicações financeiras - Título mantidos para negociação	112.156	-320.139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.667	-22.811
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-66.667	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	0	89.479
6.03.05	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-112.290
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10	-305.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18	305.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28	59

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.201	-2.959	-17.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.201	0	-14.201
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.959	-2.959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-888	-888
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-1.995	-1.995
5.05.02.09	Reserva reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-76	-76
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.119	0	0	68.317	70.436
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	494	494
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	2.119	0	0	0	2.119
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	68.985	68.985
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	0	-1.162	-1.162
5.07	Saldos Finais	784.004	9.070	986.791	-14.201	-48.832	1.716.832

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.472	1.012	9.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.472	0	8.472
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.012	1.012
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.175	3.175
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-776	-776
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-2	-2
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-1.385	-1.385
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-8.225	-95.000	92.122	-63.406	-74.509
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-84.805	-84.805
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-8.225	0	0	0	-8.225
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	5.027	5.027
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-799	1.441
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.347	-4.347
5.06.14	Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	0	0	0	79.230	21.518	100.748
5.06.15	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652
5.06.16	Distribuição Antecipada de Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000
5.07	Saldos Finais	784.004	3.960	820.451	100.594	-106.998	1.602.011

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	1.899	2.500
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.432	1.369
7.01.02	Outras Receitas	467	1.131
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.371	-5.293
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.101	-386
7.02.04	Outros	-2.270	-4.907
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.472	-2.793
7.04	Retenções	-55	0
7.04.02	Outras	-55	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.527	-2.793
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.534	36.186
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.927	17.188
7.06.02	Receitas Financeiras	7.461	18.998
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7	33.393
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7	33.393
7.08.01	Pessoal	3.463	4.690
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.462	4.295
7.08.01.02	Benefícios	387	329
7.08.01.03	F.G.T.S.	185	66
7.08.01.04	Outros	429	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	674	669
7.08.02.01	Federais	600	598
7.08.02.03	Municipais	74	71
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.071	19.562
7.08.03.01	Juros	9.318	18.508
7.08.03.02	Aluguéis	753	53
7.08.03.03	Outras	0	1.001
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.201	8.472
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.201	8.472

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.411.319	4.879.716
1.01	Ativo Circulante	1.839.610	1.629.802
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	798.257	931.546
1.01.02	Aplicações Financeiras	895.034	566.833
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	895.034	566.833
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	895.034	566.833
1.01.03	Contas a Receber	102.347	93.206
1.01.03.01	Clientes	80.120	69.618
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.227	23.588
1.01.04	Estoques	4.334	3.508
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.442	26.510
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.442	26.510
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.196	8.199
1.01.08.03	Outros	10.196	8.199
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	493	785
1.01.08.03.07	Demais ativos	9.703	7.414
1.02	Ativo Não Circulante	3.571.709	3.249.914
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	287.428	263.960
1.02.01.03	Contas a Receber	72.127	63.032
1.02.01.03.01	Clientes	12.391	9.425
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	59.736	53.607
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.770	22.524
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.770	22.524
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	82.591	119.119
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	300	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	82.291	119.119
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	100.940	59.285
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	19.111	21.619
1.02.01.09.14	Demais ativos	81.829	37.666
1.02.02	Investimentos	3.152.305	2.853.359
1.02.02.01	Participações Societárias	907.203	933.594
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	907.203	933.594
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.245.102	1.919.765
1.02.03	Imobilizado	22.156	22.975
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.156	22.024
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	951
1.02.04	Intangível	109.820	109.620
1.02.04.01	Intangíveis	109.820	109.620
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	12.921	15.347
1.02.04.01.07	Outros	4.752	6.104
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	88.169	88.169
1.02.04.01.12	Intangível em formação	3.978	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.411.319	4.879.716
2.01	Passivo Circulante	417.646	385.141
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.115	24.517
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.115	24.517
2.01.02	Fornecedores	21.301	14.865
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.301	14.865
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.663	11.201
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.663	11.201
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.894	3.741
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	3.769	7.460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	308.067	294.954
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	308.067	294.954
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	308.067	294.954
2.01.05	Outras Obrigações	61.500	39.604
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	516	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	516	0
2.01.05.02	Outros	60.984	39.604
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.649	29.026
2.01.05.02.06	Outros tributos	2.450	1.765
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	757	1.256
2.01.05.02.09	Demais obrigações	56.128	7.557
2.02	Passivo Não Circulante	2.072.135	1.892.759
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.689.265	1.543.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.689.265	1.543.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.689.265	1.543.847
2.02.02	Outras Obrigações	287.131	260.668
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	203.437	203.437
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	203.437	203.437
2.02.02.02	Outros	83.694	57.231
2.02.02.02.04	Outros tributos	397	523
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	1.147	1.268
2.02.02.02.13	Demais obrigações	82.150	55.440
2.02.03	Tributos Diferidos	41.651	34.458
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.651	34.458
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.871	30.208
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	4.780	4.250
2.02.04	Provisões	54.088	53.786
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.088	53.786
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.412	22.303
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.173	9.173
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	22.503	22.310
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.921.538	2.601.816
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	9.070	6.951
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	11.807	9.688
2.03.04	Reservas de Lucros	986.791	986.791
2.03.04.01	Reserva Legal	67.595	67.595
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.665	195.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	658.937	658.937
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.201	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-44.929	-113.248
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.673	5.137
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.576	-6.079
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.204.706	938.260

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	97.008	189.926	94.597	183.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.384	-52.810	-24.780	-46.762
3.03	Resultado Bruto	70.624	137.116	69.817	137.233
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.780	-88.494	-18.859	-72.428
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.649	-44.933	-20.587	-41.693
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.599	21.155	25.888	30.152
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.726	-12.453	-4.842	-10.043
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.004	-52.263	-19.318	-50.844
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.844	48.622	50.958	64.805
3.06	Resultado Financeiro	-10.654	-20.688	-3.935	-7.684
3.06.01	Receitas Financeiras	34.817	62.106	43.126	85.248
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.471	-82.794	-47.061	-92.932
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.190	27.934	47.023	57.121
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.105	-19.881	-9.705	-19.726
3.08.01	Corrente	-7.787	-14.904	-7.421	-14.836
3.08.02	Diferido	-3.318	-4.977	-2.284	-4.890
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-915	8.053	37.318	37.395
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-915	8.053	37.318	37.395
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.929	-14.201	16.920	8.472
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.014	22.254	20.398	28.923
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02570	-0,03680	0,01770	0,00880
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,01770	0,00880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02610	-0,03800	0,01720	0,00830
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	0,01720	0,00830

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-915	8.053	37.318	37.395
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-859	-3.729	641	1.682
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	0	0	-2	-2
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-1.525	-2.514	-1.745	-1.745
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	232	-96	-308	-571
4.02.05	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	434	-1.119	2.696	4.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.774	4.324	37.959	39.077
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.610	-17.160	17.428	9.484
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.836	21.484	20.531	29.593

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	122.445	81.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	189.661	209.881
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.934	57.121
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	80.219	80.093
6.01.01.03	Depreciação e amortização	20.883	17.979
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	-661	2.293
6.01.01.05	Provisões	-107	-458
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	52.263	50.844
6.01.01.08	Perda na baixa de ativo permanente	1.784	0
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	5.680	4.277
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	409	229
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	4.280	467
6.01.01.19	Ganho (perda) de participação	-1.566	-342
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-1.457	-2.622
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.847	-92.009
6.01.02.01	Contas a receber	-19.168	-18.731
6.01.02.02	Estoques	-955	-4.914
6.01.02.03	Tributos	11.844	-1.247
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-2.379	-3.387
6.01.02.09	Fornecedores	55.087	15.943
6.01.02.10	Salários, encargos sociais e benefícios	-10.876	-6.238
6.01.02.14	Outras contas ativas e passivas	-14.706	-73.435
6.01.03	Outros	-86.063	-36.631
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-107.983	-58.555
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-37.369	-27.537
6.01.03.04	Dividendos/JCP recebidos de controladas	59.289	49.461
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-720.236	-764.514
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-346.043	-174.511
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-46.141	-9.190
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	9	-52
6.02.06	Recursos obtidos na venda de bens	798	0
6.02.07	Créditos entre empresas ligadas - Recebimento	1.339	-16.024
6.02.08	Aplicações financeiras - Título mantidos para negociação	-330.198	-564.737
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	464.502	184.362
6.03.01	Captações	509.312	365.867
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-323.980	-82.899
6.03.03	Transações com partes relacionadas	0	89.479
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-83.700	-188.085
6.03.08	Aumento de capital	362.870	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-133.289	-498.911
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	931.546	1.281.607
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	798.257	782.696

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	169.387	169.387
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	180.180	180.180
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	-6.292	-6.292
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	297	297
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.126	-4.126
5.04.10	Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	-672	-672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.201	-2.959	-17.160	21.484	4.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.201	0	-14.201	22.254	8.053
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.959	-2.959	-770	-3.729
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-888	-888	-231	-1.119
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-1.995	-1.995	-519	-2.514
5.05.02.10	Reserva reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-76	-76	-20	-96
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.119	0	0	68.317	70.436	75.575	146.011
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	494	494	38	532
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	1.949	1.949
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	2.119	0	0	0	2.119	-35	2.084
5.06.07	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	68.985	68.985	73.454	142.439
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	0	-1.162	-1.162	169	-993
5.07	Saldos Finais	784.004	9.070	986.791	-14.201	-48.832	1.716.832	1.204.706	2.921.538

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	862.409	2.529.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	862.409	2.529.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-14.014	-14.014
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-5.377	-5.377
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-8.637	-8.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.472	1.012	9.484	29.593	39.077
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.472	0	8.472	28.923	37.395
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.012	1.012	670	1.682
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.175	3.175	825	4.000
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-776	-776	205	-571
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-2	-2	0	-2
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-1.385	-1.385	-360	-1.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-8.225	-95.000	92.122	-63.406	-74.509	-562	-75.071
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-84.805	-84.805	-21.800	-106.605
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	-8.225	0	0	0	-8.225	3	-8.222
5.06.07	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	5.027	5.027	-9.687	-4.660
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-799	1.441	4.247	5.688
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.347	-4.347	0	-4.347
5.06.14	Aumento (redução) patrimonial com reorganização	0	0	0	79.230	21.518	100.748	26.187	126.935
5.06.15	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652	488	11.140
5.06.16	Distribuição Antecipada de Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000	0	-95.000
5.07	Saldos Finais	784.004	3.960	820.451	100.594	-106.998	1.602.011	877.426	2.479.437

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	235.996	239.210
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	207.585	202.062
7.01.02	Outras Receitas	29.072	34.855
7.01.02.02	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29.072	34.855
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-661	2.293
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-55.700	-49.979
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.369	-26.321
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.612	-17.786
7.02.04	Outros	-4.719	-5.872
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.296	189.231
7.04	Retenções	-20.938	-17.974
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.883	-17.979
7.04.02	Outras	-55	5
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-55	0
7.04.02.02	Outras	0	5
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.358	171.257
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.843	34.404
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-52.263	-50.844
7.06.02	Receitas Financeiras	62.106	85.248
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	169.201	205.661
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	169.201	205.661
7.08.01	Pessoal	34.945	32.453
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.870	28.202
7.08.01.02	Benefícios	5.788	2.019
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.018	1.762
7.08.01.04	Outros	1.269	470
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.599	39.834
7.08.02.01	Federais	34.569	35.733
7.08.02.02	Estaduais	1.474	797
7.08.02.03	Municipais	3.556	3.304
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	86.604	95.979
7.08.03.01	Juros	79.149	90.001
7.08.03.02	Aluguéis	2.766	1.108
7.08.03.03	Outras	4.689	4.870
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.053	37.395
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.201	8.472
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	22.254	28.923

Comentário do Desempenho

A Companhia é uma holding e seu resultado provém basicamente do resultado da equivalência patrimonial nas investidas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e Jereissati Telecom S.A.

As controladas são companhias abertas e remetem regularmente à CVM seus relatórios trimestrais e o desempenho de suas operações.

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações Trimestrais individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas e empreendimentos controlados em conjunto, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Depósitos e bloqueios judiciais
13. Investimentos
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Demais ativos
17. Empréstimos e financiamentos (*inclui debêntures*)
18. Programa de refinanciamento fiscal
19. Provisões
20. Demais obrigações
21. Patrimônio líquido
22. Benefícios a empregados
23. Informações por segmento
24. Transações com partes relacionadas
25. Seguros
26. Outras informações relevantes
27. Eventos subsequentes
28. Aprovação das informações trimestrais – ITR

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

A Companhia, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto concentra seus investimentos nos segmentos de negócios de Shopping Centers, Telecomunicações e Contact Center e Serviços.

Segmento de Shopping Centers

O investimento no segmento de Shopping Centers é representado pela participação direta da Companhia na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) e suas controladas. Em 30 de junho de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 52,08% do seu capital total e votante.

A controlada direta Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA – IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Segmento de Telecomunicações

O investimento no segmento de Telecomunicações é representado pela participação direta da Companhia na Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e sua participação indireta no empreendimento controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”). Em 30 de junho de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Jereissati Telecom, 79,37% do seu capital total e 80,01% e votante.

A controlada direta Jereissati Telecom, é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação.

Notas Explicativas

A Jereissati Telecom possui participação direta de 65% no capital total e votante da EDSP75 e 100% da Infinity Trading Limited. ("Infinity"), e participação direta e indireta da Oi S.A. ("Oi").

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. ("LF Tel"), da Telemar Participações S.A. ("Telemar"); da Oi S.A., da CTX Participação S.A. ("CTX"), da Contax Participações S.A. ("Contax Participações") e das sociedades por elas controladas. Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel.

A LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Oi S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas. Além destas, possui a participação em conjunto da Alium Participações S.A. ("Alium"), companhia que incorporou a sua controladora Privatinvest Participações S.A. ("Privatinvest") em 21 de junho de 2012. Em 30 de junho de 2013 a LF Tel detém das ações da Telemar, 19,35% do seu capital total e votante; das ações em circulação da Oi, 4,54% do capital total e das ações da CTX, 34,96% do seu capital total e votante.

O empreendimento controlado em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 30 de junho de 2013 a Telemar detém, das ações em circulação da Oi, 15,23% do seu capital total e 48,51% do seu capital votante.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Oi, anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Oi ainda possui: (i) através da sua controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da sua controlada indireta TNL PCS S.A. ("TNL PCS") a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da sua controlada integral Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

Notas Explicativas

A Oi é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Telemar, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 30 de junho de 2013 detém, das ações em circulação da Oi, 2,49% do seu capital total e 7,94% do seu capital votante.

A Bakarne é uma subsidiária integral da Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Segmento de Contact Center e Serviços

O investimento no segmento de Serviços de Contact Centers e Cobrança é representado pela participação indireta da Companhia na LF Tel, que possui em 30 de junho de 2013, 34,96% do capital total e votante da CTX e das ações em circulação da Contax Participações, 3,86% do seu capital total e 9,12% do seu capital.

O empreendimento controlado em conjunto CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como principais controladas indiretas a Contax S.A. (“Contax”), a TODO Tecnologia da Informação S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira Argentina (“Contax Argentina”), a Ability Trade Marketing Colômbia S.A.S (“Ability Colômbia”), a Mobitel S.A. (“Mobitel ou Dedic”), a Venecia SP Participações S.A. (“Venecia”) e a Stratton Spain S.L. (“Stratton Espanha”) que em conjunto com as suas controladas Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), Multienlace S.A. (“Multienlace”), são denominadas como (“Grupo Allus”). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros, com exceção da Venecia que não possui operações. Em 30 de junho de 2013 a CTX detém das ações em circulação da Contax Participações, 50,72% do capital votante e 27,45% do capital total. A Contax Participações, por sua vez, em 30 de junho de 2013 detém 100% do capital da Contax.

Outros Segmentos de Negócios

Em 2012, a Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. (“Sollers”) investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. (“BRIO”), uma empresa constituída com o objetivo de estruturar e investir em ativos imobiliários em geral (à exceção de Shopping Centers).

A BRIO é uma sociedade controlada pela Companhia que em 30 de junho de 2013 detém 55% do seu capital total. O seu principal objetivo é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro, e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico,

Notas Explicativas

residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários.

As participações em controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo, as quais devem ser lidas em conjunto com a Nota 26:

Sociedade	Participação Acionária Direta			Participação Acionária Indireta		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Segmento de Shopping Centers						
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.(i) (*)	52,08%	56,10%	56,24%	0,66%	0,72%	0,72%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. ("Rio Pinheiros") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("EDR47") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda ("IESTAPA") (i)	-	-	-	52,73%	56,82%	56,96%
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (i)	-	-	-	18,98%	20,46%	20,51%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("MPPart") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("WTORRE") (i)	-	-	-	26,37%	28,41%	28,48%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (17) (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
CL Brasil S.A. ("CL Brasil") (i)	-	-	-	-	-	28,48%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY")	-	-	-	42,19%	45,46%	45,57%
EDSP66 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("EDSP66") (i)	-	-	-	52,74%	-	-
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (i)	-	-	-	17,58%	18,94%	18,99%
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRIP") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (i)	-	-	-	26,37%	28,41%	28,48%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("01JJ") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	-	-	-	42,19%	45,46%	45,57%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	-	-	-	52,74%	56,82%	56,96%
I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	-	-	-	52,74%	-	-
Segmento de Telecomunicações						
Jereissati Telecom S.A.(i)	79,37%	79,37%	79,37%	-	-	-
EDSP75 (ii)	-	-	-	51,59%	51,59%	51,59%
LF TEL S.A. (ii)	-	-	-	51,59%	51,59%	51,59%
Telemar Participações S.A.(ii)	-	-	-	9,98%	9,98%	9,98%
Oi S.A (ii)	-	-	-	3,94%	3,94%	3,94%
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia") (ii)	-	-	-	6,61%	6,61%	6,61%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Vant Telecomunicações S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Internet Group do Brasil S.A ("iG Brasil") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%

Notas Explicativas

Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS") (ii)	-	-	-	6,61%	6,61%	6,61%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (5) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Rio Alto Participações S.A.(ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
TNL PCS S.A. ("TNL PCS") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Oi Serviços Financeiros S.A. (ii)	-	-	-	6,60%	6,60%	6,60%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Telemar Internet Ltda ("Oi Internet") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
SEREDÉ – Serviços de Rede S.A. ("Seredé") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Pointer Networks S.A. ("Pointer") (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Wifi Tec España S.L (6) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Venezuela C.A (3) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Wifi S.A (7) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Ukraine LLC (8) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX USA Inc (2) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Bolivia (9) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina (10) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Wifi Canadá Ltd (11) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (12) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Colombia Ltda (4) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Paraguay S.A. (5) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Pointer Peru S.A.C (13) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Portugal S.A. (14) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
VEX Panamá S.A. (15) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16) (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Circuito das Águas Telecom S.A.(ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Caryopoeae Participações S.A. (ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Bryophyta SP Participações S.A.(ii)	-	-	-	4,19%	4,19%	4,19%
Valverde Participações S.A. (ii)	-	-	-	9,98%	9,98%	9,98%
<u>Segmento de Contact Center e Cobrança</u>						
CTX Participações S.A.(ii)	-	-	-	18,04%	18,04%	18,04%
Contax Participações S.A. (ii)	-	-	-	8,80%	6,14%	6,14%
Contax (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
Dedic (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
Ability (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
TODO (ii)	-	-	-	6,81%	4,91%	4,91%
BRC - XVI Empreendimentos Imobiliários (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
Contax Argentina (10) (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
GPTI (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
Stratton Espanha (6) (ii)	-	-	-	6,81%	6,14%	6,14%
<u>Outros segmentos</u>						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A. (i)	55,00%	55,00%	-	-	-	-
<u>Outras companhias</u>						
Bakarne Investments Ltd (17) (ii)	-	-	-	9,98%	9,98%	9,98%
Alium Participações S.A.(ii)	-	-	-	25,80%	25,80%	25,80%
Infinity Trading Limited (17) (i)	-	-	-	79,37%	79,37%	79,37%

A partir de 1º. de janeiro de 2013, as companhias que compõe os segmentos de negócios de Telecomunicações e Contact Center e Cobrança, não são mais consolidadas de forma proporcional nas Informações Trimestrais da Companhia, sendo assim, as informações relevantes destes segmentos de negócios estão apresentados nas Notas 13 e 23.

Notas Explicativas

- (i) Controladas diretas e indiretas da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais Individuais e consolidadas integralmente nas Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia.
- (ii) Empreendimentos controlados em conjunto indiretamente pela Companhia, mensurado pelo método de equivalência patrimonial não consolidado nas Informações Trimestrais da Companhia.

Todas as controladas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da América
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia
- 5) Sediada no Paraguai
- 6) Sediada na Espanha
- 7) Sediada no Uruguai
- 8) Sediada na Ucrânia
- 9) Sediada na Bolívia
- 10) Sediada na Argentina
- 11) Sediada no Canadá
- 12) Sediada no Chile
- 13) Sediada no Peru
- 14) Sediada em Portugal
- 15) Sediada no Panamá
- 16) Sediada na Holanda
- 17) Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas

(*) Em 04 de junho de 2013 a controlada Iguatemi emitiu 16.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, para subscrição pública, com consequente aumento do seu capital do valor de R\$376.000, líquidos dos custos de transação no valor de R\$13.130. Em consequência, a Companhia apurou um ganho no valor de R\$69.139, contabilizado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na linha “Variação de participação em investimentos e minoritários”, passando a deter 52,08% do capital em circulação da Iguatemi.

Reorganização Societária da Companhia

O Conselho de Administração, após entendimentos da Companhia com representantes dos acionistas Sociedade Fiduciária Brasileira – Serviços, Negócios e Participações S.A., Southmall Holding Ltda., outros acionistas a estes vinculados (“Acionistas Jereissati”), e da Caixa Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. – PREVI (“Previ”), em conjunto detentores de 338.707.742 ações ordinárias e 348.331.372 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de 87,80% das ações ordinárias, 60,90% das ações preferenciais e de 71,73% do capital social total da Companhia, autorizou a diretoria a iniciar providências para promover reorganização societária, abaixo detalhada, com os objetivos finais de (1) simplificar a estrutura acionária da Companhia, atualmente dividida em duas espécies de ações, para uma estrutura com uma única espécie e classe de ações; e (2) listar as ações ordinárias da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

Notas Explicativas

i. Objetivos e Benefícios da Reorganização Societária

A proposta de reorganização societária tem por objetivo elevar a Companhia a níveis diferenciados e regras mais rígidas de governança corporativa e de divulgação e transparência de informações e a unificação de suas ações em apenas uma espécie e classe de ação, resultando em potencial aumento de liquidez e geração de valor aos seus acionistas.

Estima-se que a reorganização societária, com a adoção de melhores práticas de governança nos moldes do Novo Mercado resultará em criação de valor para os acionistas, notadamente, dentre outros fatores:

- (i) novos investidores que buscam companhias comprometidas com regras mais rígidas de governança corporativa;
- (ii) melhora na avaliação da companhia investida pelos acionistas por decidir aderir, voluntariamente, a um nível diferenciado de governança corporativa;
- (iii) redução do risco dos investidores que decidem ser sócios da Companhia em decorrência de direitos e garantias mais efetivas assegurados aos acionistas;
- (iv) vantagens competitivas baseadas na adoção de melhores práticas de governança corporativa;
- (v) acesso mais amplo ao mercado de capitais;
- (vi) tratamento igualitário a todos os acionistas, tendo em vista que o capital social será dividido somente em ações ordinárias que terão *tag along* de 100%; e
- (vii) aumento e concentração da liquidez em uma única espécie e classe de ações.

ii. Principais Passos da Reorganização Societária

A reorganização societária planejada prevê (i) a incorporação pela Companhia de uma nova empresa, denominada JP Participações S.A. (“JPP”) – a qual deterá a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Jereissati e pela Previ (“Incorporação”); (ii) a conversão da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial de sua emissão (“Conversão de Ações”); (iii) a adoção pela Companhia das mais elevadas práticas de governança corporativa, incluindo a adoção de um Estatuto Social nos moldes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (iv) a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA, em caráter transitório; e (v) a listagem da Companhia no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, uma vez atendido os requisitos de dispersão exigidos naquele segmento especial de listagem (“Reorganização Societária”).

Previamente à realização da operação descrita, os Acionistas Jereissati e a Previ tomarão algumas medidas de reorganização societária de modo que, para fins da Incorporação, a JPP será uma companhia aberta, com capital social dividido em 1.673.166.705 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, cujo patrimônio será essencialmente formado pelas ações ordinárias e preferenciais da Companhia anteriormente detidas pelos Acionistas Jereissati e pela Previ.

A Reorganização Societária pressupõe a Conversão de Ações e a adesão da Companhia ao segmento Bovespa Mais, de modo que a implementação de cada uma das etapas (i) a (iv) previstas no parágrafo acima – inclusive a Incorporação – será condicionada à aprovação da outra.

Listagem da Companhia nos Segmentos Bovespa Mais e Novo Mercado da BM&FBOVESPA

Notas Explicativas

Tendo em vista que, após a Incorporação e a Conversão de Ações, as ações em circulação de emissão da Companhia representarão menos do que 25% de seu capital social total, como etapa intermediária e transitória à listagem da Companhia no Novo Mercado e até que o percentual mínimo de ações em circulação exigido pelo Regulamento do Novo Mercado seja atingido, a Companhia irá requerer a listagem das ações de sua emissão no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA.

A Diretoria da Companhia deu início às tratativas com a BM&FBOVESPA visando a obter as autorizações necessárias à listagem das ações de emissão da Companhia nos segmentos Bovespa Mais bem como no Novo Mercado.

Incorporação da JPP pela Companhia

Uma vez concluídas as medidas de reorganização societária pelos Acionistas Jereissati e pela Previ, será convocada assembleia geral extraordinária da Companhia para deliberar sobre a Incorporação (“AGE da Jereissati Participações”). A assembleia geral extraordinária da JPP que irá deliberar sobre a Incorporação, por sua vez, será convocada após o prazo para exercício do direito de recesso dos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, em decorrência da Conversão de Ações.

Em decorrência da Incorporação, aos acionistas da JPP será atribuída 0,5077 ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da JPP (“Relação de Substituição”), representando um acréscimo da participação dos acionistas da JPP na Companhia de 4,1%, em termos absolutos.

A JPP decidiu voluntariamente se abster de votar nas deliberações da assembleia geral extraordinária da Companhia relativas à Incorporação, sem prejuízo de comparecer para assegurar o *quorum* legal, nas quais, entretanto, votarão todos os demais acionistas da Companhia, independentemente de classe ou espécie. Desta forma, também está atendida uma das hipóteses sugeridas pelo Parecer de Orientação nº 35/08.

Conversão de Ações

Na mesma AGE da Jereissati Participações em que for deliberada a Incorporação, será deliberada, ainda, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias de sua emissão, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial existente.

A Conversão de Ações dependerá de sua aprovação prévia pela assembleia especial de acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia.

Tendo em vista que a referida assembleia especial está prevista para ocorrer anteriormente à deliberação sobre a Incorporação, a JPP informa, desde já, que votará na assembleia especial de acordo com o voto da maioria dos demais acionistas detentores de ações preferenciais presentes à assembleia especial.

Aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia dissidentes da deliberação que aprovar a Conversão de Ações será garantido o direito de retirar-se da companhia, observadas as disposições do art. 137 da Lei das S.A., pelo respectivo valor patrimonial da ação. Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., somente farão jus ao direito de retirada, os acionistas dissidentes que

Notas Explicativas

mantenham ininterruptamente a titularidade das suas ações preferenciais desde o encerramento do pregão do dia 13 de junho de 2013 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas, inclusive por força de “aluguel de ações”, a partir do dia 14 de junho de 2013, inclusive, não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Conversão de Ações.

Reforma do Estatuto Social da Companhia para Adequação ao Regulamento do Novo Mercado

A AGE da Jereissati Participações que irá deliberar sobre a Incorporação, a Conversão de Ações e a listagem das ações de sua emissão nos segmentos especiais da BM&FBOVESPA irá deliberar, ainda, sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para a adoção das mais elevadas práticas de governança corporativa, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e para adaptação do Estatuto Social à nova realidade da Companhia em razão do fim das ações preferenciais.

Nesse sentido, o novo Estatuto Social da Companhia preverá, dentre outras disposições: (i) a divisão do capital social da Companhia somente em ações ordinárias; (ii) a equivalência dos direitos assegurados a todos os acionistas no caso de alienação de controle da Companhia, ou seja, 100% de *tag-along*; (iii) um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 20% de membros independentes; (iv) a vedação à acumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e diretor presidente ou principal executivo da Companhia.

iii. Aprovações e Informações Adicionais sobre a Reorganização Societária

Caso se verifique um exercício do direito de retirada que, no entender da administração da Companhia, ponha em risco a sua estabilidade financeira ou seja detrimental aos seus interesses, a administração da Companhia poderá convocar assembleia para reconsiderar a Conversão de Ações, nos termos do § 3º do artigo 137 da Lei das S.A.

No contexto da Reorganização Societária, será celebrado, ainda, Acordo de Acionistas da Companhia entre alguns Acionistas Jereissati e a Previ, consistente com os direitos detidos pela Previ.

Considerando que a implementação das medidas de reorganização societária dependem de terceiros, a Companhia estima que as assembleias gerais e a assembleia especial que irão deliberar sobre a Incorporação e/ou a Conversão de Ações sejam realizadas no prazo de aproximadamente 90 dias a partir de 13 de junho de 2013.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Informações Trimestrais (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem:

As Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

As Informações Trimestrais individuais da controladora preparadas, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto de Informações Trimestrais.

Adicionalmente, a Administração da Companhia optou por apresentar o conjunto completo de Notas explicativas nas informações contábeis trimestrais, sendo que a forma e o conteúdo dessas informações estão em conformidade com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis para o conjunto completo de demonstrações contábeis.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as Informações Trimestrais das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas, despesas e lucros não realizados, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia, suas controladas do Segmento de Shoppings Centers, seus empreendimentos controlados em conjunto do Segmento de Telecomunicações e Segmento de Contact Centers e

Notas Explicativas

Cobrança atuam, respectivamente como holdings, administradora de shopping centers no mercado brasileiro, operadoras no setor de telecomunicações brasileiro, prestadora de serviços de teleatendimento em geral e em atividades correlacionadas (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de produtos e serviços das controladas diretas e indiretas e seus empreendimentos controlados em conjunto;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, das controladas diretas e indiretas e seus empreendimentos controlados em conjunto;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores das controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Informações Trimestrais.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

Determinadas controladas e empreendimentos controlados em conjunto possuem investimentos em empresas com sede no exterior (Nota 1).

No segmento de Telecomunicações, a Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29. Os efeitos da hiperinflação impactam indiretamente o patrimônio da Companhia.

O segmento de Contact Center e Cobrança possui operações no exterior, que utilizam moeda funcional diferente do Real (R\$), cujos ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, impactando de forma reflexa indiretamente o patrimônio da Companhia.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Notas Explicativas

Combinações de negócios

A Companhia, suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia, suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto procedem com a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, testes são efetuados para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), o valor recuperável é testado anualmente, ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos períodos apresentados e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes vencidos há mais de um ano e os valores em atraso desses clientes com prazo inferior a um ano, constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses créditos, a qual é considerada suficiente pela Administração para a cobertura dessas perdas.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Notas Explicativas

Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais Individuais.

Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).

Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os empreendimentos controlados em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 13 (c). Periodicamente, a vida útil e o valor residual das propriedades para investimentos são revisados.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na Nota 14.

Intangível

Os ágios reconhecidos na aquisição dos investimentos com fundamento econômico na expectativa de lucros futuros foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 de forma linear, com base no período de lucratividade estimada na aquisição. A recuperação do saldo contábil é testada anualmente, ou em decorrência de eventos ou circunstâncias que representem indicadores de perda de valor. Para fins do teste de recuperação, os ágios são alocados à unidade geradora de caixa da forma como são monitorados pela Administração. O valor recuperável é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que incluem o fluxo de caixa futuro descontado e a análise de dados de mercado comparáveis.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de impairment para análise do seu valor recuperável (Nota 15).

Notas Explicativas

Ajuste a valor presente

A Companhia, suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, nenhum ativo e passivo registrado em 30 de junho de 2013 e 31 dezembro de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia, suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto avaliam periodicamente, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do período.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Notas Explicativas

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Instrumentos Financeiros

A categoria é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no caso da Companhia, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 17) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Benefícios a empregados

Notas Explicativas

Planos de previdência privada

A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom mantém plano de previdência complementar na Unibanco-AIG - Previdência Prever de contribuição definida. Esse plano é opcional aos seus funcionários e a Companhia e suas controladas, contribuem com 100% do valor mensal, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

Plano de opção de compra de ações

A controlada direta Iguatemi possui plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Participações dos empregados no resultado

A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas consolidadas da Companhia, representadas substancialmente pelas receitas de alugueis do Segmento de Shopping Centers são reconhecidas com base na fruição dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas.

Receitas e despesas financeiras

Notas Explicativas

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. Os Impostos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos, quando constituídos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborara as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas

Notas Explicativas

atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia, de suas controladas e de seus empreendimentos controlados em conjunto, se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos, incluem estimativas referentes ao reconhecimento de receitas, à provisão para crédito de liquidação duvidosa, à redução ao valor recuperável de ativos de longa duração, instrumentos financeiros derivativos, à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões para benefícios a empregados, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares.

(d) Reapresentação dos valores correspondentes - novas normas, alterações e interpretações de normas

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais da Companhia em 2012, Nota 2 (d), publicadas no dia 19 de março de 2013, o IFRS 11 – CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento, os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações indiretas em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Oi S.A., Telemar Participações S.A., LF Tel S.A., EDSP75 Participações S.A., CTX Participações S.A., Contax Participações S.A. e Alium Participações S.A.

A Companhia aplicou em suas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2013 os novos requerimentos contábeis para os benefícios a empregados CPC 33 (R1) de forma reflexa em seu patrimônio líquido e os novos requerimentos para empreendimentos controlados em conjunto derivados do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto. A aplicação destes novos requerimentos altera os valores correspondentes as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 e as

Notas Explicativas

Informações Trimestrais de 30 de junho de 2012, conforme demonstrativo da reapresentação abaixo:

Conciliação do Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012		Controladora	
	Saldos originalmente apresentados	Ganhos e perdas atuariais (i)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	18	-	18
Aplicações financeiras	315.421	-	315.421
Contas a receber	207	-	207
Tributos correntes a recuperar	5.000	-	5.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	36.127	-	36.127
Demais ativos	305	-	305
Total do ativo circulante	357.078	-	357.078
Não circulante			
Tributos diferidos a recuperar	4.615	-	4.615
Depósitos e bloqueios judiciais	3.486	-	3.486
Investimentos	1.663.321	(8.762)	1.654.559
Imobilizado	2	-	2
Intangível	2	-	2
Total do ativo não circulante	1.671.426	(8.762)	1.662.664
Total do ativo	2.028.504	(8.762)	2.019.742
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Salários, encargos sociais e benefícios	1.710	-	1.710
Fornecedores	106	-	106
Empréstimos e financiamentos	113.737	-	113.737
Tributos correntes a recolher	253	-	253
Dividendos e juros sobre o capital próprio	542	-	542
Demais obrigações	69	-	69
Total do passivo circulante	116.417	-	116.417
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	227.355	-	227.355
Outros tributos	249	-	249
Provisões	8.757	-	8.757
Demais obrigações	3.408	-	3.408
Total do passivo não circulante	239.769	-	239.769
Patrimônio líquido atribuído aos controladores			
Capital social	784.004	-	784.004
Reserva de capital	10.566	-	10.566
Reserva de lucros	986.791	-	986.791
Ações em tesouraria	(3.615)	-	(3.615)

Notas Explicativas

Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(26.540)	-	(26.540)
Ajustes de avaliação patrimonial	(86.708)	-	(86.708)
Outros resultados abrangentes	7.820	(8.762)	(942)
	1.672.318	(8.762)	1.663.556
Total do patrimônio líquido	1.672.318	(8.762)	1.663.556
Total do passivo e patrimônio líquido	2.028.504	(8.762)	2.019.742

Conciliação do Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012**Consolidado**

	Saldos originalmente apresentados	Ganhos e perdas atuariais (i)	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.712.655	-	(781.109)	931.546
Aplicações financeiras	972.148	-	(405.315)	566.833
Instrumentos financeiros derivativos	96.309	-	(96.309)	-
Contas a receber	1.231.939	-	(1.138.733)	93.206
Estoques	61.448	-	(57.940)	3.508
Tributos correntes a recuperar	311.332	-	(284.822)	26.510
Outros tributos	234.271	-	(234.271)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	384	-	401	785
Depósitos e bloqueios judiciais	316.083	-	(316.083)	-
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1.401	-	(1.401)	-
Demais ativos	154.689	-	(147.275)	7.414
Total do ativo circulante	5.092.659	-	(3.462.857)	1.629.802
Não circulante				
Aplicações financeiras	26.826	-	(26.826)	-
Contas a receber	63.032	-	-	63.032
Instrumentos financeiros derivativos	52.480	-	(52.480)	-
Ativo financeiro disponível para venda	136.262	-	(136.262)	-
Tributos diferidos a recuperar	683.126	-	(660.602)	22.524
Outros tributos	115.139	-	(115.139)	-
Depósitos e bloqueios judiciais	1.518.657	-	(1.497.038)	21.619
Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.211	-	(15.211)	-
Créditos com partes relacionadas	48.047	-	71.072	119.119
Demais ativos	106.414	-	(68.748)	37.666
Investimentos	13.610	-	919.984	933.594
Propriedades para investimentos	2.183.462	-	(263.697)	1.919.765
Imobilizado	3.879.737	-	(3.856.762)	22.975

Notas Explicativas

Intangível	2.928.167	-	(2.818.547)	109.620
Total do ativo não circulante	11.770.170	-	(8.520.256)	3.249.914
Total do ativo	16.862.829	-	(11.983.113)	4.879.716
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Salários, encargos sociais e benefícios	220.627	-	(196.110)	24.517
Fornecedores	741.347	-	(726.482)	14.865
Empréstimos e financiamentos	953.414	-	(658.460)	294.954
Instrumentos financeiros derivativos	46.566	-	(46.566)	-
Tributos correntes a recolher	199.071	-	(187.870)	11.201
Outros tributos	338.203	-	(336.438)	1.765
Dividendos e juros sobre o capital próprio	114.946	-	(85.920)	29.026
Autorizações e concessões a pagar	159.285	-	(159.285)	-
Programa de refinanciamento fiscal	16.259	-	(15.003)	1.256
Provisões para fundos de pensão	15.595	-	(15.595)	-
Provisões	240.998	-	(240.998)	-
Demais obrigações	236.554	-	(228.997)	7.557
Total do passivo circulante	3.282.865	-	(2.897.724)	385.141
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	7.054.012	-	(5.510.165)	1.543.847
Instrumentos financeiros derivativos	30.799	-	(30.799)	-
Tributos diferidos	83.838	-	(49.380)	34.458
Outros tributos	337.946	-	(337.423)	523
Autorizações e concessões a pagar	165.338	-	(165.338)	-
Programa de refinanciamento fiscal	149.496	-	(148.228)	1.268
Provisões para fundos de pensão	72.276	-	(72.276)	-
Provisões	822.198	-	(768.412)	53.786
Passivos com partes relacionadas	71.203	-	132.234	203.437
Demais obrigações	182.022	-	(126.582)	55.440
Total do passivo não circulante	8.969.128	-	(7.076.369)	1.892.759
Patrimônio líquido atribuído aos controladores				
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reserva de capital	10.566	-	-	10.566
Reserva de lucros	986.791	-	-	986.791
Ações em tesouraria	(3.615)	-	-	(3.615)
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(26.540)	-	-	(26.540)
Ajustes de avaliação patrimonial	(86.708)	-	-	(86.708)
Outros resultados abrangentes	7.820	(8.762)	-	(942)

Notas Explicativas

	1.672.318	(8.762)	-	1.663.556
Participações dos não controladores	2.938.518	-	(2.000.258)	938.260
Total do patrimônio líquido	4.610.836	(8.762)	(2.000.258)	2.601.816
Total do passivo e patrimônio líquido	16.862.829	(8.762)	(11.974.351)	4.879.716

Conciliação do Lucro líquido para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012			Consolidado
	Saldos originalmente apresentados	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 30/06/2012
Receita líquida de vendas e/ou serviços	2.510.546	(2.326.551)	183.995
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(1.547.733)	1.500.971	(46.762)
Lucro bruto	962.813	(825.580)	137.233
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	-	(50.844)	(50.844)
Despesas com vendas	(315.711)	315.711	-
Gerais e administrativas	(271.850)	230.157	(41.693)
Outras receitas operacionais	176.887	(146.735)	30.152
Outras despesas operacionais	(253.389)	243.346	(10.043)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	298.750	(233.945)	64.805
Receitas financeiras	327.911	(242.663)	85.248
Despesas financeiras	(583.128)	490.196	(92.932)
Resultado financeiro	(255.217)	247.533	(7.684)
Lucro antes das tributações	43.533	13.588	57.121
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(105.826)	90.990	(14.836)
Diferido	103.966	(108.856)	(4.890)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	41.673	(4.278)	37.395
Lucro (Prejuízo) do exercício proveniente de operações descontinuadas	116	(116)	-
Lucro líquido do exercício	41.789	(4.394)	37.395
Lucro líquido atribuído aos controladores	8.472	-	8.472
Lucro líquido atribuído aos não controladores	33.317	(4.394)	28.923

Conciliação dos Fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012			Consolidado
Fluxos de caixa	Saldos originalmente apresentados	Efeito total das mudanças dos	Saldos reapresentados em

Notas Explicativas

	30/06/2012	CPC's	30/06/2012
Atividades operacionais	431.792	(352.079)	81.241
Atividades de investimentos	(818.696)	77.189	(764.514)
Atividades de financiamentos	(612.826)	775.709	184.362

Conciliação do Valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

	Saldos originalmente apresentados 30/06/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Consolidado Saldos reapresentados em 30/06/2012
Receitas	3.363.895	(3.124.685)	239.210
Insumos adquiridos de terceiros	(1.114.615)	1.064.636	(49.979)
Retenções	(568.335)	550.361	(17.974)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.680.945	(1.509.688)	171.257
Valor adicionado recebido em transferência	327.911	(293.507)	34.404
Valor adicionado total a distribuir	2.008.856	(1.803.195)	205.661
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	464.336	(431.883)	32.453
Impostos e Taxas	804.130	(764.296)	39.834
Remuneração de capitais de terceiros	698.601	(602.622)	95.979
Remuneração de capitais próprios	41.789	(4.394)	37.395
Valor adicionado distribuído	2.008.856	(1.803.195)	205.661

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.672.318	1.672.318
Participação dos não controladores originalmente apresentada	-	2.938.518
Patrimônio líquido total	1.672.318	4.610.836
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	(8.762)	(8.762)
Participação dos acionistas não controladores não consolidados (ii)	-	(2.000.258)
	(8.762)	(2.009.020)
Atribuído a:		
Controlador	(8.762)	(8.762)
Não controladores	-	(2.000.258)
Patrimônio líquido ajustado	1.663.556	2.601.816
Atribuído a:		
Controlador	1.663.556	1.663.556
Não controladores	-	938.260

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no

Notas Explicativas

modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	30/06/2013				Consolidado 31/12/2012 (reapresentado)			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total
Ativo								
Equivalentes de caixa	798.257	-	-	798.257	931.546	-	-	931.546
Aplicações financeiras	895.034	-	-	895.034	566.833	-	-	566.833
Contas a receber	-	174.474	-	174.474	-	156.238	-	156.238
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	493	-	493	-	785	-	785
Empréstimos a receber	-	17.841	-	17.841	-	11.314	-	11.314
Créditos com outras partes relacionadas	-	82.591	-	82.591	-	119.119	-	119.119
Desapropriações a receber	-	-	-	-	-	1.402	-	1.402
Total	1.693.291	275.399	-	1.968.690	1.498.379	288.858	-	1.787.237
Passivos								
Obrigações trabalhistas	-	-	16.115	16.115	-	-	24.517	24.517
Fomecedores	-	-	21.301	21.301	-	-	14.865	14.865
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.997.332	1.997.332	-	-	1.838.801	1.838.801
Passivos com partes relacionadas	-	-	203.953	203.953	-	-	203.437	203.437
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	1.649	1.649	-	-	29.026	29.026
Programa de refinanciamento fiscal	-	-	1.904	1.904	-	-	2.524	2.524
Outras contas a pagar	-	-	76.770	76.770	-	-	27.691	27.691
Total	-	-	2.319.024	2.319.024	-	-	2.140.861	2.140.861

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas e empreendimentos controlados em conjunto não consolidados nas suas Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

As controladas diretas e indiretas consolidadas e os empreendimentos controlados em conjunto não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinados empreendimentos controlados em conjunto não consolidados, usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada e empreendimento controlado em conjunto.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas consolidadas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Ativo	Controladora			
	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Aplicações financeiras	202.267	202.267	315.421	315.421
	202.267	202.267	315.421	315.421

Ativo	Consolidado			
	30/06/2013		31/12/2012 (reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Equivalentes de caixa	775.818	775.818	924.776	924.776
Aplicações financeiras	895.034	895.034	566.833	566.833
	1.670.852	1.670.852	1.491.609	1.491.609

Passivos

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consolidadas nas Informações Trimestrais da Companhia possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na

Notas Explicativas

TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinados empreendimentos controlados em conjunto não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia, possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consolidadas em suas Informações Trimestrais consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas. Para os empreendimentos controlados não consolidados, este risco estende-se também à taxa LIBOR USD.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, TJLP e CDI. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/06/2013								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
7,72%	5,00%	6,70%	9,65%	6,25%	8,38%	11,58%	7,50%	10,05%

31/12/2012								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
6,90%	5,50%	5,53%	8,63%	6,88%	6,91%	10,35%	8,25%	8,30%

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos

Notas Explicativas

cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora				
30/06/2013				
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	15.434	4.921	20.355
Total vinculado a taxas de juros		15.434	4.921	20.355
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	27.343	15.800	43.143
Total vinculado a taxas de juros		27.343	15.800	43.143
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	29.736	17.986	47.722
Total vinculado a taxas de juros		29.736	17.986	47.722
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		11.909	10.879	22.788
CDI		11.909	10.879	22.788
Cenário Remoto - Cenário Provável		14.302	13.064	27.366
CDI		14.302	13.064	27.366

Consolidado						
30/06/2013						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	180.091	516.590	444.610	514.230	1.655.521
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.352	5.068	26.474	88.347	122.241
Dívidas em TR	Alta do TR	22.516	40.177	27.217	16.860	106.770
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	104.475	218.962	141.558	33.394	498.389
Total vinculado a taxas de juros		309.434	780.797	639.859	652.831	2.382.921
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	213.114	567.805	480.885	535.760	1.797.564
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.390	5.270	28.247	92.668	128.575
Dívidas em TR	Alta do TR	22.516	40.177	27.217	16.860	106.770
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	109.149	224.581	142.953	33.451	510.134
Total vinculado a taxas de juros		347.169	837.833	679.302	678.739	2.543.043
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	236.509	611.144	520.146	559.970	1.927.769
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.427	5.477	30.127	97.450	135.481
Dívidas em TR	Alta do TR	22.516	40.177	27.217	16.860	106.770
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	113.778	230.142	144.333	33.508	521.761
Total vinculado a taxas de juros		375.230	886.940	721.823	707.788	2.691.781
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		37.735	57.036	39.443	25.908	160.122
CDI		33.023	51.215	36.275	21.530	142.043
IPCA		38	202	1.773	4.321	6.334
TJLP		4.674	5.619	1.395	57	11.745
Cenário Remoto - Cenário Provável		65.796	106.142	81.964	54.957	308.859
CDI		56.418	94.553	75.536	45.740	272.247
IPCA		75	409	3.653	9.103	13.240
TJLP		9.303	11.180	2.775	114	23.372

Notas Explicativas

Controladora				
31/12/2012				
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	18.902	10.585	29.487
Total vinculado a taxas de juros		18.902	10.585	29.487
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	31.260	31.861	63.121
Total vinculado a taxas de juros		31.260	31.861	63.121
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	33.714	36.133	69.847
Total vinculado a taxas de juros		33.714	36.133	69.847
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		12.358	21.276	33.634
CDI		12.358	21.276	33.634
Cenário Remoto - Cenário Provável		14.812	25.548	40.360
CDI		14.812	25.548	40.360

Consolidado						
31/12/2012						
(reapresentado)						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	144.561	340.561	363.009	155.862	1.003.993
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	19.928	26.012	45.940
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	95.963	225.126	178.929	51.209	551.227
Total vinculado a taxas de juros		292.952	677.664	653.308	309.237	1.933.161
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	165.215	382.162	373.095	157.115	1.077.587
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	21.213	28.779	49.992
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	101.068	232.877	181.299	51.412	566.656
Total vinculado a taxas de juros		318.711	727.016	667.049	313.460	2.026.236
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	175.891	406.599	383.100	158.357	1.123.947
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	22.581	31.840	54.421
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	106.118	240.542	183.642	51.613	581.915
Total vinculado a taxas de juros		334.437	759.118	680.765	317.964	2.092.284
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		25.759	49.352	13.741	4.223	93.075
CDI		20.654	41.601	10.086	1.253	73.594
IPCA		-	-	1.285	2.767	4.052
TJLP		5.105	7.751	2.370	203	15.429
Cenário Remoto - Cenário Provável		41.485	81.455	27.457	8.727	159.123
CDI		31.330	66.039	20.091	2.495	119.955
IPCA		-	-	2.653	5.828	8.481
TJLP		10.155	15.415	4.713	404	30.687

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito

Notas Explicativas

decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Os riscos de créditos da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de créditos de suas controladas que representam os segmentos de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

Segmento de Telecomunicações

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Segmento de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “*ratings*” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Segmento de Contact Center e Cobrança

O risco de crédito em relação às contas a receber do Segmento de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia, está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

Segmento de Shopping Centers

Notas Explicativas

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Segmento de Telecomunicações

Os recursos gerados são utilizados, principalmente, para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinaranciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A Oi e suas controladas possuem duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 17, na seção “*Covenants*” para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Informações Trimestrais da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

(f) Risco de aspecto regulatório

O Segmento de Telecomunicações no qual a Companhia concentra seus investimentos, embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda

Notas Explicativas

mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”). Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Oi, empreendimento controlado em conjunto não consolidado nas Informações Trimestrais da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Oi junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, foi firmado junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(g) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

Notas Explicativas

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	707	698	109.772	105.533
Deduções da receita bruta				
Tributos	(101)	(100)	(9.534)	(9.112)
Outras deduções	-	-	(3.230)	(1.824)
	(101)	(100)	(12.764)	(10.936)
Receita de vendas e/ ou serviços	606	598	97.008	94.597

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	1.432	1.369	213.838	206.357
Deduções da receita bruta				
Tributos	(204)	(195)	(17.659)	(18.067)
Outras deduções	-	-	(6.253)	(4.295)
	(204)	(195)	(23.912)	(22.362)
Receita de vendas e/ ou serviços	1.228	1.174	189.926	183.995

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Despesas por natureza				
Pessoal	(1.594)	(1.568)	(14.852)	(12.890)

Notas Explicativas

Depreciação e amortização	-	-	(10.375)	(9.801)
Serviços de terceiros	(493)	(132)	(7.970)	(4.346)
Estacionamento	-	-	(5.480)	(6.156)
Fundo de promoção	-	-	(1.609)	(1.781)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(613)	(1.871)
Outros custos e despesas	(1.096)	(3.036)	(10.134)	(8.522)
	(3.183)	(4.736)	(51.033)	(45.367)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Classificadas como:				(reapresentado)
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(35)	(89)	(26.384)	(24.780)
Despesas gerais e administrativas	(3.148)	(4.647)	(24.649)	(20.587)
	(3.183)	(4.736)	(51.033)	(45.367)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Despesas por natureza				(reapresentado)
Pessoal	(3.469)	(5.080)	(28.279)	(30.243)
Depreciação e amortização	-	-	(20.724)	(17.834)
Serviços de terceiros	(1.055)	(386)	(14.816)	(8.128)
Estacionamento	-	-	(10.761)	(11.920)
Fundo de promoção	-	-	(3.317)	(3.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(661)	(2.293)
Outros custos e despesas	(2.351)	(5.006)	(19.185)	(14.584)
	(6.875)	(10.472)	(97.743)	(88.455)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Classificadas como:				(reapresentado)
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(105)	(286)	(52.810)	(46.762)
Despesas gerais e administrativas	(6.770)	(10.186)	(44.933)	(41.693)
	(6.875)	(10.472)	(97.743)	(88.455)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras receitas operacionais				
Ganhos de participações	-	-	1.566	366
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	-	-	1.456	21.776
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	1.127	43	1.328

Notas Explicativas

Outras receitas	473	-	2.534	2.418
	473	1.127	5.599	25.888

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras despesas operacionais				
Participação dos empregados e administradores	(218)	(726)	(2.609)	(2.623)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(2.211)	(175)
Tributos	-	-	(84)	(116)
Amortização de intangível - concessão	-	-	(86)	(73)
Outras despesas	-	-	(736)	(1.855)
	(218)	(726)	(5.726)	(4.842)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras receitas operacionais				
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (i)	-	-	16.333	21.776
Ganhos de participações	-	-	1.566	342
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	1.127	52	1.127
Outras receitas	473	8	3.204	6.907
	473	1.135	21.155	30.152

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras despesas operacionais				
Participação dos empregados e administradores	(429)	(1.002)	(5.680)	(4.277)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(4.280)	(467)
Tributos	-	-	(171)	(195)
Amortização de intangível - concessão	-	-	(159)	(145)
Provisões/reversões	(55)	-	-	(669)
Outras despesas	(7)	-	(2.163)	(4.290)
	(491)	(1.002)	(12.453)	(10.043)

- (i) Em 30 de junho de 2013, refere-se a venda de terreno na modalidade de permuta física, para construção de torres comerciais no futuro shopping center na cidade de São José do Rio Preto. Em 30 de junho de 2012, o saldo refere-se ao VGV (valor geral de vendas) em função da permuta da fração ideal de 4,1% do terreno, para construção de duas torres comerciais no Shopping Center Iguatemi Esplanada.

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Período de três meses findo em	
	Controladora	Consolidado

Notas Explicativas

	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	3.270	7.747	29.087	34.034
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	162	92	5.207	6.887
Dividendos recebidos	224	488	224	490
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	16	738
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	-	5
Outras receitas	-	-	283	972
	3.656	8.327	34.817	43.126

Despesas financeiras

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Juros sobre debêntures	-	-	(24.947)	(19.390)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(4.543)	(7.252)	(15.700)	(22.510)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	-	-	(1.944)	(2.733)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(1)	(53)	(227)	(294)
Atualização monetária de provisões	-	-	(186)	(104)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(32)	(34)	(51)	(51)
Outras despesas	(580)	(40)	(2.416)	(1.979)
	(5.156)	(7.379)	(45.471)	(47.061)
	(1.500)	948	(10.654)	(3.935)

Receitas financeiras

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	6.922	16.108	52.980	72.509
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	315	218	7.742	5.575
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	2.184	599	5.252
Dividendos recebidos	224	488	224	490
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	-	5
Outras receitas	-	-	561	1.417
	7.461	18.998	62.106	85.248

Despesas financeiras

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Juros sobre debêntures	-	-	(42.882)	(38.701)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(9.210)	(15.809)	(31.673)	(42.738)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	-	-	(2.175)	(4.350)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(3)	(60)	(943)	(554)
Atualização monetária de provisões	-	-	(409)	(229)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(64)	(69)	(122)	(103)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	(2.536)	-	(2.536)

Notas Explicativas

Outras despesas	(793)	(75)	(4.590)	(3.721)
	<u>(10.070)</u>	<u>(18.549)</u>	<u>(82.794)</u>	<u>(92.932)</u>
	<u>(2.609)</u>	<u>449</u>	<u>(20.688)</u>	<u>(7.684)</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findo em	
	Consolidado	
	30/06/2012	
	30/06/2013	(reapresentado)
Tributos correntes	(7.787)	(7.421)
Tributos diferidos	(3.318)	(2.284)
Total	(11.105)	(9.705)

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
				(reapresentado)
Resultado antes dos impostos e das participações	(9.929)	16.920	10.190	47.023
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	(19.641)	(15.556)
Total do resultado tributável	(9.929)	16.920	(9.451)	31.467
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	3.376	(5.753)	3.213	(10.699)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	80	166	(3.293)	8.395
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	(2.076)	6.701	(8.501)	(6.568)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(1.781)	(1.402)	(3.430)	(1.402)
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	-	-	-	28
Outros	401	288	906	541
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	-	-	(11.105)	(9.705)
Alíquota efetiva	-	-	(117,50%)	30,84%

	Período de seis meses findo em	
	Consolidado	
	30/06/2012	
	30/06/2013	(reapresentado)
Tributos correntes	(14.904)	(14.836)
Tributos diferidos	(4.977)	(4.890)
Total	(19.881)	(19.726)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012 (reapresentado)
Resultado antes dos impostos e das participações	(14.201)	8.472	27.934	57.121
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	(49.182)	(34.259)
Total do resultado tributável	(14.201)	8.472	(21.248)	22.862
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	4.828	(2.880)	7.224	(7.773)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	80	132	(4.813)	7.426
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	(2.015)	5.844	(17.769)	(17.287)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(3.215)	(3.465)	(4.998)	(3.465)
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	-	-	-	290
Outros	322	369	475	1.083
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	-	-	(19.881)	(19.726)
Alíquota efetiva	-	-	(93,57%)	86,28%

- (i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.
- (ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são classificadas caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio do fundo de investimento, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos, sendo que é garantido resgate imediato dos recursos no fundo, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012

Notas Explicativas

				(reapresentado)
Caixa	28	18	22.439	6.770
Equivalentes de caixa (i)	-	-	775.818	924.776
Total	28	18	798.257	931.546

(i) Referem-se a Fundos de investimentos exclusivos

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Fundos de investimento exclusivos	202.267	315.421	893.618	566.833
Outras aplicações	-	-	1.416	-
Aplicações financeiras	202.267	315.421	895.034	566.833

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Títulos públicos	-	-	511.146	464.892
Títulos privados	-	-	222.931	294.160
CDB – Certificados de Depósito Bancário	-	-	41.741	87.917
Outros	-	-	-	77.807
Títulos classificados em equivalentes de caixa	-	-	775.818	924.776
Títulos privados	55.888	118.504	252.045	212.959
Títulos públicos	87.203	100.126	491.085	179.933
CDB – Certificados de Depósito Bancário	34.460	68.831	98.076	123.694
Outros	24.716	27.960	52.412	50.247
Títulos classificados em aplicações financeiras	202.267	315.421	893.618	566.833
Fundos de investimentos exclusivos	202.267	315.421	1.669.436	1.491.609

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Venda de imóveis (i)	-	81.959	77.855
Aluguéis a receber	-	68.307	66.070
Co-participação a receber (ii)	-	35.073	23.015
Serviços faturados	207	-	-
Outros	-	255	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(11.120)	(10.702)
Total	207	174.474	156.238

Notas Explicativas

Circulante	207	102.347	93.206
Não circulante	-	72.127	63.032

- (i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis realizadas pelas investidas CS41, SCRP e SJRP no consolidado, atualizado mensalmente pelo INCC/FGV tendo como última parcela Julho de 2018.
- (ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado conforme o prazo do aluguel contratado.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2013	%	31/12/2012 (reapresentado)	%
A vencer	164.637	88,7%	146.742	87,9%
Vencidas até 60 dias	4.061	2,2%	6.805	4,1%
Vencidas de 61 a 90 dias	973	0,5%	1.016	0,6%
Vencidas de 91 a 120 dias	544	0,3%	612	0,4%
Vencidas de 121 a 150 dias	5.529	3,0%	2.030	1,2%
Vencidas de 151 a 180 dias	9.850	5,3%	9.735	5,8%
Total	185.594	100%	166.940	100%

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	(10.702)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(418)
Saldo em 30/06/2013	(11.120)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Tributos correntes a recuperar				
Impostos retidos na fonte- IR/CS (ii)	1.946	-	10.668	-
IR a recuperar (i)	-	4.962	249	10.221
CS a recuperar (i)	-	28	430	28
Outros tributos correntes	8	10	18.095	16.261
	1.954	5.000	29.442	26.510
Tributos diferidos a recuperar				
IR - sobre diferenças temporárias (iii)	-	-	12.170	10.537

Notas Explicativas

CS sobre diferenças temporárias (iii)	-	-	5.765	5.180
Outros tributos diferidos (iv)	9.630	4.615	13.835	6.807
	9.630	4.615	31.770	22.524

Circulante	1.954	5.000	29.442	26.510
Não circulante	9.630	4.615	31.770	22.524

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	-	-	5.056	-
CS a pagar	-	-	1.838	3.741
Outros	214	253	3.769	7.460
Circulante	214	253	10.663	11.201
Tributos diferidos				
IR diferido	-	-	36.871	7.533
CS diferido	-	-	4.780	2.712
Outros	-	-	-	4.250
IR sobre diferenças temporárias (iii)	-	-	-	14.613
CS sobre diferenças temporárias (iii)	-	-	-	5.350
Não circulante	-	-	41.651	34.458

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte.
- (iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias relacionadas as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de 4 anos.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia

Notas Explicativas

possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R\$29.426 (31/12/2012 - R\$24.775). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$49.391 (31/12/2012 – R\$48.391).

- (iv) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Cíveis	-	-	10.228	10.034
Trabalhistas	3.492	3.484	5.031	4.880
Tributários	2	2	3.852	6.705
Total não circulante	3.494	3.486	19.111	21.619

13. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.747.050	1.653.581	-	-
Concessão	-	-	3.692	3.851
Participações em empreendimentos controlados em conjunto avaliados por equivalência patrimonial	-	-	899.367	928.280
Outros investimentos	1.976	978	4.144	1.463
Subtotal	1.749.026	1.654.559	907.203	933.594
Propriedade para investimento	-	-	2.245.102	1.919.765
Total	1.749.026	1.654.559	3.152.305	2.853.359

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora				Consolidado
	Iguatemi	Jereissati Telecom	BRIO	Outras	Total
Saldo em 01/12/2012	882.957	696.025	-	-	1.578.982
Subscrição / Aquisições de ações	4.940	-	1.375	-	6.315
Resultado de equivalência patrimonial	150.674	(56.911)	(297)	-	93.466
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(2.268)	-	-	-	(2.268)

Notas Explicativas

Variações de remuneração baseada em ações reflexa	2.448	(7.338)	-	-	(4.890)	(92)
Variações de ações em tesouraria reflexa (*)	2.969	(84.151)	-	-	(81.182)	(106.076)
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	2.635	-	-	2.635	5.684
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	15.848	-	-	15.848	30.315
Ganho com permuta de ações da TMAR5	-	-	-	-	-	3.932
Aumento investimento com reorganização societária	-	100.748	-	-	100.748	101.202
Dividendos de controladas	(46.842)	-	-	-	(46.842)	(3.041)
Ganho (Perda) participação por variação de percentual no investimento	-	-	-	-	-	318
Ganhos e perdas atuariais	-	(8.763)	-	-	(8.763)	(11.040)
Outros	(126)	-	(342)	-	(468)	80.445
Subtotal em 31/12/2012	994.752	658.093	736	-	1.653.581	928.280
Concessão	-	-	-	-	-	3.851
Outras Participações Societárias	-	-	-	978	978	1.463
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	994.752	658.093	736	978	1.654.559	933.594
Subscrição / Aquisições de ações (**)	46.481	-	-	-	46.481	-
Ganho sobre aumento/subscrição de capital da Iguatemi (***)	69.139	-	-	-	69.139	-
Resultado de equivalência patrimonial	46.077	(51.371)	(633)	-	(5.927)	(52.263)
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(216)	-	(5)	-	(221)	-
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	2.253	(133)	-	-	2.120	-
Variações de ações em tesouraria reflexa	347	146	-	-	493	-
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	(2.496)	-	-	(2.496)	-
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	195	-	-	195	-
Dividendos de controladas	-	(15.875)	-	-	(15.875)	-
Outros	(1.469)	(1)	-	-	(1.470)	23.350
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.030	-	1.030	-
Subtotal em 30/06/2013	1.157.364	588.558	1.128	-	1.747.050	899.367
Concessão	-	-	-	-	-	3.692
Outras Participações Societárias	-	-	-	1.976	1.976	4.144
Saldo em 30/06/2013	1.157.364	588.558	1.128	1.976	1.749.026	907.203

(*) Em 2012, refere-se substancialmente a participação indireta da Companhia sobre as ações em tesouraria da Oi originadas dos eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Oi e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Oi naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Oi e as ações então detidas pela TNL da Oi, em decorrência da incorporação da Coari na Oi, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria da Oi é a seguinte:

	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	Valor	Ações preferenciais ⁽¹⁾	Valor
Saldo em 01/01/2012			13.231	149.643
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima	-	-	(13.231)	(149.643)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	241	650	2.467
Saldo em 31/12/2012	84.251	880.379	72.808	1.224.145
Valor proporcional à participação indireta da Companhia		36.877	51.276	88.153

⁽¹⁾ Quantidade em milhares de ações

(**) Inclui a aquisição de 1.973.680 ações ordinárias da Iguatemi ao preço de R\$23,50 conforme oferta pública.

Notas Explicativas

(***) Ganho sobre o aumento de capital da controlada Iguatemi no valor de R\$376.000, mediante a emissão de para subscrição pública, de 16.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço por ação de R\$23,50, integralizado à vista conforme procedimentos previstos na regulamentação em vigor e no prospecto da oferta pública. O aumento de capital foi contabilizado líquido dos custos das transações de R\$13.130.

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial:

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do período	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		30/06/2013	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	2.222.295	1.186.729	83.028	90.798	-	52.0797	52.0797	1.157.364	46.015
Jereissati Telecom	741.537	226.047	(64.723)	269.674	161.942	79.3700	80.0990	588.558	(51.371)
BRIO	2.051	1.875	(1.150)	1.001	-	55,0000	55,0000	1.128	(633)
Lucros a apropriar (i)									62
								1.747.050	(5.927)

(i) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do período	Qtde. milhares de ações		Participação (*) % no Capital		31/12/2012	30/06/2012
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (i)	1.773.112	823.859	86.236	88.824	-	56,1021	56,1021	994.752	48.480
Jereissati Telecom	829.146	226.047	(39.426)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	658.093	(31.292)
BRIO	1.335	1.875	-	1.001	-	55,0000	55,0000	736	-
								1.653.581	17.188

(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria

(b) Informações financeiras dos segmentos de negócios

- Consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia

Segmento de Shopping Centers

Informações financeiras	Iguatemi Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	1.404.090	1.052.043	-
Ativo não circulante	2.857.334	2.477.159	-
Passivo circulante	294.156	299.893	-
Passivo não circulante	1.740.730	1.451.808	-
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	189.726	-	183.996
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(52.705)	-	(46.476)
Receitas (despesas) operacionais	(9.705)	-	(12.280)
Resultado financeiro líquido	(24.553)	-	(20.097)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	82.882	-	86.262
Lucro líquido (prejuízo) do período	82.882	-	86.262
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	83.028	-	86.236
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios não controladores	(146)	-	26

Notas Explicativas

Informações financeiras	Iguatemi Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	797.293	929.742	-
Aplicações financeiras	464.697	-	-
Passivos financeiros circulantes	191.822	247.204	-
Passivos financeiros não circulantes	1.572.477	1.317.760	-
Depreciação e amortização	(20.649)	-	(17.864)
Receita de juros	47.717	-	50.406
Despesa de juros	(68.556)	-	(67.715)
(Despesa) ou receita de imposto de renda	(19.881)	-	(18.881)

Informações adicionais	Iguatemi Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido consolidado	2.226.538	1.777.501
Valor de mercado (*)	3.710.189	4.312.783
Ações ordinárias em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	174.351	158.325
Ações ordinárias equivalentes ao investimento da Companhia <i>(em milhares de ações)</i> :	90.802	88.824
Total participação (%) direta da Companhia	52,0797%	56,1021%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	1.157.364	994.752

A Companhia recebeu a título de dividendos da Iguatemi o valor de R\$35.758 no período findo em 30 de junho de 2013 e R\$33.283 no exercício de 2012.

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel) R\$21,28 (28/06/2013) e R\$27,24 (28/12/2012), respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	Jereissati Telecom		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	228.992	255.724	-
Ativo não circulante	738.854	799.703	-
Passivo circulante	3.645	5.200	-
Passivo não circulante	222.664	221.081	-
Receitas (despesas) operacionais	(71.180)	-	(50.545)
Resultado financeiro líquido	6.457	-	11.964
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(64.723)	-	(39.426)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(64.723)	-	(39.426)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	(64.723)	-	(39.426)
Outros resultados abrangentes	(3.728)	-	3.244
Resultado abrangente total	(4.917)	(1.186)	-

Informações financeiras	Jereissati Telecom		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	723	316	-
Aplicações financeiras	226.654	251.412	-
Passivos financeiros circulantes	83	75	-

Notas Explicativas

Depreciação e amortização	(230)	-	(149)
Receita de juros	8.019	-	12.942
(Despesa) ou receita de imposto de renda	-	-	(845)

Informações adicionais	Jereissati Telecom	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	741.537	829.146
Valor de mercado (*)	1.100.597	1.100.597
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	543.801	543.801
Ações ordinárias	336.676	336.676
Ações preferenciais	207.125	207.125
Ações equivalentes ao investimento da Companhia <i>(em milhares de ações)</i> :	431.617	431.617
Ações ordinárias	269.674	269.674
Ações preferenciais	161.942	161.942
Total participação (%) direta da Companhia	79,37%	79,37%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	588.558	658.093

A Companhia recebeu a título de dividendos da Jereissati Telecom o valor de R\$15.866 no período findo em 30 de junho de 2013 e R\$15.791 no exercício de 2012.

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R\$2,50 e PN R\$1,25 em 28/06/2013; e ON R\$2,50 (02/01/2012) e PN R\$1,25 (28/12/2012).

- Não consolidados nas Informações Trimestrais da Companhia**

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	5.367	44.085	-
Ativo não circulante	1.688.468	1.776.195	-
Passivo circulante	100.477	100.039	-
Passivo não circulante	557.737	583.717	-
Receitas (despesas) operacionais	(57.111)	-	(32.300)
Resultado financeiro líquido	(39.511)	-	(35.930)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(96.622)	-	(68.230)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(96.622)	-	(68.230)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	(96.622)	-	(68.230)
Outros resultados abrangentes	(22.378)	-	4.915
Resultado abrangente total	(7.283)	(1.186)	-

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	25	38	-
Aplicações financeiras	3.037	23.879	-
Passivos financeiros circulantes	100.004	99.687	-
Passivos financeiros não circulantes	547.493	573.473	-

Notas Explicativas

Depreciação e amortização	(13.933)	-	(13.934)
Receita de juros	844	-	1.124
Despesa de juros	(39.826)	-	(36.549)

Informações adicionais	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	1.035.621	1.136.524
Ações ordinárias do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	960.922	960.922
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada direta da Companhia Jereissati Telecom <i>(em milhares de ações)</i> :	624.599	624.599
Total participação (%) indireta da Companhia	51,5905%	51,5905%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	673.154	738.741

⁽¹⁾EDSP75 consolidado 100% da companhia LF Tel.

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	81.915	435.676	-
Ativo não circulante	4.062.337	4.236.230	-
Passivo circulante	659.345	628.457	-
Passivo não circulante	2.613.999	2.923.090	-
Receitas (despesas) operacionais	(94.569)	-	(19.146)
Resultado financeiro líquido	(146.227)	-	(167.659)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(240.796)	-	(186.805)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(240.796)	-	(186.805)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	(240.796)	-	(186.805)
Outros resultados abrangentes	(8.758)	-	3.285
Resultado abrangente total	16.076	24.835	-

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	70.025	53.579	-
Aplicações financeiras	-	287.122	-
Passivos financeiros circulantes	658.166	627.283	-
Passivos financeiros não circulantes	2.597.779	2.907.194	-
Depreciação e amortização	(25.298)	-	(25.298)
Receita de juros	11.207	-	13.601
Despesa de juros	(155.142)	-	(178.272)

Informações adicionais	Telemar ⁽²⁾	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	870.908	1.120.016
Ações representativas do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	2.924.278	2.924.278
Ações ordinárias	2.923.545	2.923.545

Notas Explicativas

	Ações preferenciais	733	733
Ações equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada indireta da Companhia LF Tel (<i>em milhares de ações</i>):		565.880	565.880
Total participação (%) indireta da Companhia		9,9824%	9,9824%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel		168.515	216.716

⁽²⁾ Representa as informações individuais da Telemar, controladora integral da Oi.

Informações financeiras	Oi Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	17.257.072	21.137.969	-
Ativo não circulante	58.744.880	56.726.462	-
Passivo circulante	16.909.558	17.062.578	-
Passivo não circulante	40.460.900	41.182.512	-
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	14.114.231	-	13.707.607
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(8.245.956)	-	(7.542.462)
Receitas (despesas) operacionais	(4.785.324)	-	(4.938.080)
Resultado financeiro líquido	(1.631.608)	-	(1.279.495)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(355.486)	-	72.665
Lucro líquido (prejuízo) do período	(355.486)	-	72.665
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	(355.486)	-	154.211
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios não controladores	-	-	(81.546)
Outros resultados abrangentes	(49.436)	-	17.628
Resultado abrangente total	(116.201)	(67.093)	-

Informações financeiras	Oi Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.441.967	4.408.161	-
Aplicações financeiras	500.911	2.425.907	-
Passivos financeiros circulantes	5.642.478	5.207.559	-
Passivos financeiros não circulantes	32.391.323	32.621.660	-
Depreciação e amortização	(2.848.619)	-	(3.820.871)
Receita de juros	480.345	-	850.190
Despesa de juros	(769.781)	-	(1.208.672)
(Despesa) ou receita de imposto de renda	193.170	-	125.095

Informações adicionais	Oi Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	18.631.493	19.619.341
Valor de mercado ^(*)	6.675.992	14.077.427

Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	1.640.028	1.640.028
Ações ordinárias	514.758	514.758
Ações preferenciais	1.125.270	1.125.270
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada indireta da Companhia LF Tel (<i>em milhares de ações</i>):	74.516	74.516
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela	1.594	1.594

Notas Explicativas

controlada direta Jereissati Telecom (*em milhares de ações*):

Total participação (%) indireta da Companhia	4,1888%	4,1888%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	846.540	891.336
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	17.886	19.034

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R\$4,40 e PN R\$3,92 em 28/06/2013; e ON R\$9,16 e PN R\$8,32 em 28/12/2012.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Informações financeiras	CTX ⁽³⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	16.529	13.542	-
Ativo não circulante	103.967	172.886	-
Passivo circulante	3.286	21.370	-
Passivo não circulante	-	67.611	-
Receitas (despesas) operacionais	(945)	-	(1.456)
Resultado financeiro líquido	(1.703)	-	(4.947)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(2.648)	-	(6.403)
Lucro líquido (prejuízo) de operações descontinuadas	-	-	175
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.648)	-	(6.228)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	(2.648)	-	(6.228)
Outros resultados abrangentes	(5.057)	-	16.423
Resultado abrangente total	20.868	25.925	-

Informações financeiras	CTX ⁽³⁾		
	30/06/2013	31/12/2012	31/03/2012
Caixa e equivalentes de caixa	290	10.679	-
Passivos financeiros circulantes	1.851	21.264	-
Passivos financeiros não circulantes	-	67.611	-
Receita de juros	174	-	36
Despesa de juros	(1.798)	-	(5.325)

Informações adicionais	CTX ⁽³⁾	
	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	117.211	97.448
Ações ordinárias representativas do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	6.242.525	3.253.525
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia LF Tel (<i>em milhares de ações</i>):	2.182.442	1.137.461
Total participação (%) indireta da Companhia	18,0365%	18,0365%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	40.978	34.069

⁽³⁾ Representa as informações individuais da CTX, controladora integral da Contax Participações.

Informações financeiras	Contax Participações Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo circulante	932.490	867.306	-

Notas Explicativas

Ativo não circulante	1.609.830	1.612.513	-
Passivo circulante	897.264	823.782	-
Passivo não circulante	1.266.323	1.151.615	-
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	1.790.234	-	1.792.737
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.536.378)	-	(1.562.891)
Receitas (despesas) operacionais	(186.487)	-	(181.244)
Resultado financeiro líquido	(56.212)	-	(46.097)
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	4.454	-	1.163
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.454	-	1.163
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios da empresa controladora	3.091	-	(636)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios não controladores	1.363	-	1.799
Outros resultados abrangentes	231	-	48.011
Resultado abrangente total	76.019	75.788	-

	Contax Participações Consolidado		
Informações financeiras	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Caixa e equivalentes de caixa	382.008	355.247	-
Aplicações financeiras	12.501	18.831	-
Passivos financeiros circulantes	235.022	207.981	-
Passivos financeiros não circulantes	1.005.466	920.905	-
Depreciação e amortização	(100.345)	-	(98.511)
Receita de juros	10.734	-	10.664
Despesa de juros	(61.615)	-	(52.022)
(Despesa) ou receita de imposto de renda	(6.703)	-	(1.342)

	Contax Participações Consolidado	
Informações adicionais	30/06/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	378.732	504.422
Valor de mercado ^(*)	1.369.155	1.596.441
Ações em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	68.801	64.334
Ações ordinárias	29.082	24.615
Ações preferenciais	39.719	39.719
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada indireta da Companhia LF Tel <i>(em milhares de ações)</i> :	2.653	-
Total participação (%) indireta da Companhia	8,2350%	6,2460%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	14.602	-

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). UNT R\$19,90 em 28/06/2013; e ON R\$25,00 e PN R\$24,70 em 28/12/2012.

As companhias EDSP75, Telemar e CTX não possuem ações negociadas na Bolsa de Valores.

(c) Propriedade para investimentosAo custo

Notas Explicativas

	Vida útil média remanescente em anos	Consolidado	
		30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Terrenos		369.373	344.340
Edificações, instalações e outros	38 a 60 (*)	2.082.957	1.761.022
Depreciação acumulada		(275.596)	(254.387)
		<u>2.176.734</u>	<u>1.850.975</u>
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP			
Terrenos		20.034	20.034
Edificações e instalações	40 (*)	8.777	8.777
Depreciação acumulada		(1.588)	(1.488)
		<u>27.223</u>	<u>27.323</u>
Aquisição de 100% da Solway			
Terrenos		9.318	9.318
Edificações e instalações	45 (*)	20.740	20.740
Depreciação acumulada		(3.475)	(3.233)
		<u>26.583</u>	<u>26.825</u>
Subscrições de ações da Wtorre Iguatemi			
Terrenos		5.433	5.434
Edificações e instalações	60 (*)	2.806	2.806
Depreciação acumulada		(48)	(23)
		<u>8.191</u>	<u>8.217</u>
Aquisição de 65,14% da RAS			
Edificações e instalações	45 (*)	10.289	10.289
Depreciação acumulada		(572)	(456)
		<u>9.717</u>	<u>9.833</u>
Subtotal		<u>2.248.448</u>	<u>1.923.173</u>
Eliminação lucros a realizar		(3.346)	(3.408)
Total		<u>2.245.102</u>	<u>1.919.765</u>

(*) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.

(**) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIRP e SCESP Votorantim e capitaliza ao custo do ativo os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 30 de junho de 2013 a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R\$9.371 (31/12/2012 - R\$4.447) no consolidado.

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Saldo inicial	1.919.765	1.663.019
Adições	343.298	370.124
Baixas (*)	(2.513)	(83.546)

Notas Explicativas

Depreciações	(15.510)	(26.424)
Eliminação	62	(3.408)
Saldo final	2.245.102	1.919.765

(*) Em 2013 refere-se a baixa parcial do custo do terreno na cidade de São José do Rio Preto, objeto de negociação de VGV (valor geral de vendas. Em 2012 a baixa refere-se a venda da participação de 68,87% da propriedade do Shopping Center Iguatemi Rio e a venda referente ao terreno na cidade de Votorantin.

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, concluindo que em 30 de junho de 2013, não houve indicativo de mudança significativa no valor justo, como segue:

	30/06/2013			31/12/2012		
	Shoppings em operação	Shoppings anunciados	Total	Shoppings em operação (*)	Shoppings anunciados	Total
Valor justo	5.315.710	801.659	6.117.369	5.315.710	801.659	6.117.369
Área bruta locável própria (mil m ²)	282,0	152,0	434,0	282,0	152,0	434,0

(*) Este saldo não contempla a propriedade do Shopping Center Boulevard Rio Iguatemi.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

Taxa de desconto real 8 % - 11% a.a.

Taxa de crescimento real na perpetuidade 2% - 2,5% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros Ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	7.707	7.357	8.105	918	12.378	36.465
Adições	90	352	83	455	-	980
Baixas	-	-	(5)	-	-	(5)

Notas Explicativas

Saldo em 30/06/2013	7.797	7.709	8.183	1.373	12.378	37.440
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	(1.918)	(4.865)	(1.710)	(10)	(4.987)	(13.490)
Despesas de depreciação	(388)	(766)	(37)	(50)	(553)	(1.794)
Saldo em 30/06/2013	(2.306)	(5.631)	(1.747)	(60)	(5.540)	(15.284)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	5.789	2.492	6.395	908	7.391	22.975
Saldo em 30/06/2013	5.491	2.078	6.436	1.313	6.838	22.156
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33%	10%	10%	20%	

15. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Outros ativos	Intangível em formação	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	103.633	24.248	6.877	-	134.758
Adições	-	-	-	3.978	3.978
Baixas	-	-	(358)	-	(358)
Saldo em 30/06/2013	103.633	24.248	6.519	3.978	138.378
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	(15.464)	(8.901)	(773)	-	(25.138)
Despesas de amortização	-	(2.426)	(994)	-	(3.420)
Saldo em 30/06/2013	(15.464)	(11.327)	(1.767)	-	(28.558)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	88.169	15.347	6.104	-	109.620
Saldo em 30/06/2013	88.169	12.921	4.752	3.978	109.820
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	33%		

Ágios ("Goodwill")

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("goodwill"). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1).

16. DEMAIS ATIVOS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Ativos Não-Correntes a Venda (i)	-	-	68.013	30.378
Valores a receber	-	-	17.841	12.716
Adiantamento a fornecedores	-	219	9	403
Outros	10	86	5.669	1.583
Total	10	305	91.532	45.080
Circulante	10	305	9.703	7.414
Não circulante	-	-	81.829	37.666

- (i) Saldo representado pelos custos da alienação de 34,28% da fração no shopping em construção na cidade de Votorantim que será apropriado ao término da construção do empreendimento.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Debêntures	-	-	1.146.667	763.333
Empréstimos e financiamentos	226.723	312.075	788.929	973.779
Juros provisionados sobre debêntures	-	-	32.541	19.500
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos e financiamentos	9.238	29.017	37.055	86.503
Subtotal	235.961	341.092	2.005.192	1.843.115
Custos de transação incorridos	-	-	(7.860)	(4.314)
Total	235.961	341.092	1.997.332	1.838.801
Circulante	118.026	113.737	308.067	294.954
Não circulante	117.935	227.355	1.689.265	1.543.847

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)	
BNDDES					
Moeda nacional	-	-	378.363	399.042	Jul/2013 a Nov/2020
Instituições financeiras					
Moeda nacional	235.961	341.092	446.333	659.795	Jul/2013 a Jan/2025
Debêntures	-	-	1.179.208	782.833	Jul/2013 a Fev/2021
Instituições não financeiras	-	-	1.288	1.445	
Subtotal	235.961	341.092	2.005.192	1.843.115	
Custos de transação incorridos (i)	-	-	(7.860)	(4.314)	

Notas Explicativas

Total	235.961	341.092	1.997.332	1.838.801
Circulante	118.026	113.737	308.067	294.954
Não circulante	117.935	227.355	1.689.265	1.543.847

(i) Em 30 de junho de 2013: circulante R\$1.979 e não circulante R\$5.881 (31/12/2012 – R\$1.252 circulante; R\$3.062 não circulante)

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
CDI	235.961	341.092	1.407.308	1.119.610
TJLP	-	-	438.439	467.350
Pré fixado	-	-	150.297	250.396
IGP - DI	-	-	1.288	1.445
Total	235.961	341.092	1.997.332	1.838.801

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado (reapresentado)
2014	-	51.587
2015	117.935	396.622
2016	-	278.687
2017	-	220.827
2018 e exercícios seguintes	-	741.542
Total	117.935	1.689.265

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos períodos subsequentes, como segue:

	Consolidado (reapresentado)
2015	(586)
2016	(586)
2017	(635)
2018 e exercícios seguintes	(4.074)
Total	(5.881)

Notas Explicativas

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos e financiamentos

Companhia

A Companhia possui vigente o contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. celebrado no ano de 2008.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia amortizou a primeira parcela do principal acrescida de juros atualizados no montante de R\$114.370.

Segmento de Shopping Centers

Em 31 de janeiro de 2013, com o objetivo de construir o shopping Iguatemi Esplanada, a controlada indireta CSC 41 Participações Ltda, celebrou um financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$115.000 com vencimento em 25 de janeiro de 2025 e taxa de juros de CDI + 1% a.a. O pagamento dos juros será mensal a partir de 25 de agosto de 2013 e o principal será amortizado em 114 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2015.

A controlada Iguatemi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010, 2011 e 2012, contratados para a construção e expansão de shoppings centers.

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$186.733 (31/12/2012 - R\$115.662).

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Emissões em 2013

Segmento de Shopping Centers

Em fevereiro de 2013, a controlada direta Iguatemi realizou sua quarta emissão através de oferta pública via Instrução CVM 400. Foram alocadas 40.000 (quarenta mil) debêntures na primeira série e 5.000 (cinco mil) na segunda série nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$10, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2020 para a primeira série e com vencimento final em 15 de fevereiro de 2021 para a segunda série, perfazendo o valor total de R\$450.000.

A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em dezembro de 2012.

O prazo de vencimento das debêntures da primeira série será de sete anos, contados da data de emissão, com carência de seis anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 15 de fevereiro de 2019 e 15 de fevereiro de 2020. O prazo de vencimento das debêntures da segunda série será de oito anos, contados da data de emissão, para amortização integral na data de vencimento.

Notas Explicativas

As debêntures da primeira série não serão objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice. Sobre o saldo do valor nominal, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidas exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,82% a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão.

As debêntures da segunda série terão seu valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, atualizado a partir da data de emissão, pela variação do índice nacional de Preços a Consumidos Amplo (IPCA) apurado pelo IBGE. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures da segunda série farão jus a uma remuneração correspondente ao percentual de 4,31% ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série") incidente sobre o valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração das debêntures da segunda série imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis e pagos anualmente, conforme definido na Escritura de Emissão ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"), de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão. O saldo dos juros provisionados no circulante, líquido de custos de transação, em 30 de junho de 2013 é de R\$11.607.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados, como redução da dívida. Os custos desta quarta emissão, a serem amortizados em 30 de junho de 2013 totalizam R\$4.166 (não circulante - R\$3.439).

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Segmento de Shopping Centers

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Consolidado	
				30/06/2013	31/12/2012
Iguatemi	1ª	R\$200 milhões	2014	67.079	134.078
Iguatemi	2ª	R\$330 milhões	2016	339.084	338.747
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2018	309.614	310.008
Iguatemi	4ª	R\$400 milhões	2021	463.431	-
Total				1.179.208	782.833

Os custos totais de emissão das debêntures, a serem amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, em 30 de junho de 2013 totalizam R\$7.960, sendo o montante de R\$1.979 registrado no circulante e R\$5.881 não circulante.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da primeira emissão e juros atualizados da segunda emissão no montante de R\$97.749 (31/12/2012 - R\$134.073).

(c) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão empreendimento controlado em conjunto LF Tel S.A.

Notas Explicativas

Segmento de Shopping Centers

Para o financiamento celebrado entre a controlada indireta CSC 41 e o Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de janeiro de 2013, no valor de R\$115.000, foi apresentado como garantia, a fração ideal de 65,716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento (UNIDADES), integrantes do empreendimento denominado “Condomínio Iguatemi Esplanada”.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 26 de fevereiro de 2011, contrato de abertura de crédito de R\$13.000, a controlada direta Iguatemi apresentou a fração ideal de 15,61% de cada unidade autônoma do imóvel atual, descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Shopping Center Galleria registrado nas matrículas 110.523 a 110.631 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro. Em 23 de abril de 2012, a garantia representada pelo Shopping Center Iguatemi Rio foi substituída temporariamente por cessão fiduciária de aplicação financeira de R\$60.000, enquanto a nova garantia não fosse constituída. Em 25 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi realizou o pagamento antecipado da dívida, liberando as garantias decorrentes deste financiamento.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”. Em 25 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi realizou o pagamento antecipado da dívida, liberando as garantias decorrentes deste financiamento.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006, a controlada direta Iguatemi, cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada direta Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Notas Explicativas

Para o financiamento com o com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, a controlada direta Iguatemi como garantia, alienou ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (i) os imóveis objetos do financiamento (sua participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e acessões que venham a ser acrescidos a estes; (ii) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do Praia de Belas (PBSC) ; e (iii) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada direta Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC.

Para a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária com a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006, a controlada direta Iguatemi cedeu como garantia, os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada direta Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

(d) “Covenants”

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2013.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., e nos empreendimentos controladas em conjunto LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Segmento de Shopping Centers

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

As debêntures possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem: (i) primeira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 2,75 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,75; (ii) segunda emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,00 e EBITDA/Despesa

Notas Explicativas

Financeira Líquida > 1,50; a terceira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00; e a quarta emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

(e) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Segmento de Shopping Centers

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi e suas controladas são: (a) em 31 de janeiro de 2013, financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 30 de junho de 2013 tinham sido liberados R\$62.909; (b) em 9 de novembro de 2012, financiamento com o BNDES no valor de R\$117.312 para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 30 de junho de 2013 tinham sido liberados R\$58.743; (b) em 27 de dezembro de 2011, financiamento com o BNDES no valor de R\$141.441, para a construção do Shopping Iguatemi Ribeirão Preto. Em 30 de junho de 2013 tinham sido liberados R\$125.000.

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Parcelamento da Lei 11.941/2009 (i)	1.904	2.524
Total	1.904	2.524
Circulante	757	1.256
Não circulante	1.147	1.268

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2013	757
2014	574
2015	573
Total	1.904

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Determinadas controladas da Companhia aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Notas Explicativas

Os débitos, substancialmente, foram pactuados para pagamentos em 41 meses, os quais vêm sendo efetuados regularmente, e não foi utilizado de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

19. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Cível	-	-	22.503	22.310
Tributárias	278	278	22.412	22.303
Trabalhistas	8.479	8.479	9.173	9.173
Total Não circulante	8.757	8.757	54.088	53.786

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	30/06/2013			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	22.412	9.173	22.503	54.088
Passivos contingentes	20.131	1.713	1.147	22.991

Risco	31/12/2012 (reapresentado)			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	22.303	9.173	22.310	53.786
Passivos contingentes	20.131	1.713	1.147	22.991

Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	22.303	9.173	22.310	53.786
Adições, líquidas de reversões	(107)	-	-	(107)
Atualização monetária (Nota 7)	216	-	193	409
Saldo em 30/06/2013	22.412	9.173	22.503	54.088

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Notas Explicativas

Trabalhista

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$5.434.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 de R\$411.

Tributária

Na controlada direta Iguatemi refere-se a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 30 de junho de 2013, os valores montam a R\$15.702 (31/12/2012 - R\$15.559) para a COFINS e R\$3.396 (31/12/2012 - R\$3.368) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância. Adicionalmente a controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com impostos e contribuições como PIS, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos valores no consolidado em 30 de junho de 2013 montam R\$2.440 (31/12/2012 - R\$2.502).

Cível

A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. A ação, que poderá elevar a participação da controlada direta Iguatemi no empreendimento, totaliza em 30 de junho de 2013 R\$22.502 (31/12/2012 - R\$22.310). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Segmento de Shopping Centers

Notas Explicativas

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. O total envolvido nos processos em 30 de junho de 2013 é de aproximadamente R\$12.193 (31/12/2012 - R\$2.681), cuja probabilidade de perda é considerada como possível.

Tributária

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores estimados totalizam R\$18.119.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórios surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de junho de 2013 os valores estimados de perda totalizam R\$44.916 (31/12/2012 - R\$104.106), R\$9.284 (31/12/2012 – R\$1.398), R\$4.684 (31/12/2012 – R\$4.118) respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores estimados de perda totalizam R\$2.757.

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Receitas a apropriar (i)	3.346	3.408	61.459	35.237
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	31.539	-
Retenções contratuais (iv)	-	-	19.470	19.516
Aquisição de terreno (iii)	-	-	16.884	-
Outros	49	69	8.926	8.244
Total	3.395	3.477	138.278	62.997
Circulante	49	69	56.128	7.557
Não circulante	3.346	3.408	82.150	55.440

(i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

(ii) Adiantamento recebido da PREVI referente a venda de 34,284% da fração do SCIESP.

(iii) Refere-se ao contas a pagar do terreno destinado para a construção do empreendimento em São

Notas Explicativas

Jose do Rio Preto.

(iv) Retenções para indenizações após a venda do Shopping Center Iguatemi Rio.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2013	31/12/2012
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	578.116	578.116
Total	963.939	963.939
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	(6.099)	(6.099)
Total	(6.148)	(6.148)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Total das ações em circulação	957.791	957.791
Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)	1,79	1,75 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Desconsiderando o complemento dos dividendos mínimos obrigatórios aprovados em AGO em 27 de abril de 2012, no valor de R\$16.539.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.615.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do trimestre era o seguinte:

	30/06/2013		31/12/2012	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.099	49	6.099	49

Notas Explicativas

Cotação por ação na BOVESPA (R\$) (i)	1,44	1,87	1,63	1,70
Valor de mercado	8.782	93	9.941	84

(i) Base é o preço médio da ação no último dia de negociação do mês.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$195.665 em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, constituída pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente.

Movimentação da reserva de lucros a realizar no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Reversão saldo constituído anteriormente em 31 de dezembro 2011	214.666
Parcela realizada financeiramente	(47.204)
Saldo constituído anteriormente não realizado	167.462
Constituição de reserva no ano corrente:	28.203
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2012	195.665

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

Notas Explicativas

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012, no valor de R\$74.218: (i) R\$3.711 para a constituição da reserva legal; (ii) R\$28.203 para constituição da reserva de lucros a realizar; e (iii) R\$42.304. Foi ratificada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais no valor de R\$95.000 à conta de reservas de lucros, já declarados e pagos conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ágio em transação de capital dos empreendimentos controlados em conjunto, mensurados pelo método de equivalência patrimonial, ágio pago na aquisição de ações de acionistas não controladores e as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes reflexos dos empreendimentos controlados em conjunto que incluem itens de receita, despesa, ajustes de conversão, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e.3) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ações em tesouraria das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e “Ajustes acumulados de conversão” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações”, tampouco a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e a rubrica “Ajustes acumulados de conversão”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

Ágio em transações de capital e variações	Outros resultados Abrangentes e	Ajuste de avaliação	Total (*)
--	------------------------------------	------------------------	-----------

Notas Explicativas

	de porcentagens de participações	Ajustes acumulados de conversão	patrimonial	
Saldos em 31/12/2012	(26.540)	(942)	(86.708)	(114.190)
Ágio e Variação na porcentagem de participação na controlada Iguatemi	68.985	-	-	68.985
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	(76)	-	(76)
Reserva Reflexa de operações de derivativos, liquida de tributos	-	(1.995)	-	(1.995)
Reflexo de Variação em ações em tesouraria	-	-	494	494
Reflexo de Variação cambial de controladas	-	(888)	-	(888)
Outros	(1.162)	-	-	(1.162)
Saldos em 30/06/2013	41.283	(3.901)	(86.214)	(48.832)

(*) No formulário das Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM foi classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e Ajustes Acumulados de conversão” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(f) Lucro (prejuízo) por ação**Lucro (prejuízo) básico:**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

Lucro (prejuízo) atribuível à Companhia

	Período de três meses findo em	
	30/06/2013	30/06/2012
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(9.929)	16.920
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(9.929)	6.815
Lucro alocado às ações preferenciais	-	10.105
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro (prejuízo) por ação: (*)		
Ações ordinárias	(0,0257)	0,0177
Ações preferenciais	-	0,0177

	Período de seis meses findo em	
	30/06/2013	30/06/2012
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(14.201)	8.472

Notas Explicativas

Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(14.201)	3.412
Lucro alocado às ações preferenciais	-	5.060
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro (prejuízo) por ação: (*)		
Ações ordinárias	(0,0368)	0,0088
Ações preferenciais	-	0,0088

(*) em centavos por ação

Lucro (prejuízo) diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) ajuste do resultado de equivalência do empreendimento controlado em conjunto CTX e Contax Participações considerando os efeitos de plano de opções de ações da Contax Participações.
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para os eventos descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo, não foram considerados no cálculo abaixo.

Lucro (prejuízo) atribuível à Companhia

	Período de três meses findo em	
	30/06/2013	30/06/2012
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(9.929)	16.920
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(108)	(422)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX e Contax Participações - plano de opções de ações	(13)	-
	<u>(10.050)</u>	<u>16.498</u>
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(10.050)	6.645
Lucro alocado às ações preferenciais	-	9.853
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro (prejuízo) por ação: (*)		
Ações ordinárias	(0,0261)	0,0172

Notas Explicativas

Ações preferenciais - 0,0172

	Período de seis meses findo em	
	30/06/2013	30/06/2012
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(14.201)	8.472
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(460)	(552)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX e Contax		
Participações - plano de opções de ações	(9)	-
	(14.670)	7.920
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	(14.670)	3.190
Lucro alocado às ações preferenciais	-	4.730
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro (prejuízo) por ação: (*)		
Ações ordinárias	(0,0380)	0,0083
Ações preferenciais	-	0,0083

(*) em centavos por ação

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Participações dos empregados nos lucros**

A Companhia e suas controladas possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, no mês de abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

A Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) na Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia e suas controladas contribuem com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações ("Plano") para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Notas Explicativas

Critérios gerais dos programas de outorga

Programa 2007

Em 22 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2007 ("Programa 2007"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2007, na data de outorga, é de R\$13,50 por ação, correspondente ao preço de emissão da ação na oferta pública inicial de nossas ações na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado um desconto de 10%, nos termos do Programa 2007. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 ("Programa 2008"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R\$13,78 por ação, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da controlada direta Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 ("Programa 2012"). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R\$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (31 de março de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

<u>30/06/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
<u>Número de</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Número de</u>	<u>Preço de exercício</u>
<u>opções</u>	<u>médio ponderado</u>	<u>opções</u>	<u>médio ponderado</u>

Notas Explicativas

Opções em circulação no início do exercício	3.870.000	R\$ 17,46	2.062.400	R\$ 14,71
Opções concedidas	-	-	3.348.000	R\$ 18,00
Opções exercidas	(25.600)	R\$ 14,94	(1.388.400)	R\$ 15,01
Opções canceladas	-	-	(152.000)	R\$ 15,19
Opções em circulação no fim do exercício	3.844.400	R\$ 17,46	3.870.000	R\$ 17,58

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

DATA	Opções em circulação			
	Opções em circulação no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2012	3.870.000	70	14,67 – 18,25	1.790.000
30 de junho de 2013	3.844.400	64	16,10 – 16,19	1.850.400

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$4.280 no período findo em 30 de junho de 2013 (30/06/2012 - R\$467). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$4.067 devido ao registro da provisão mais as opções exercidas no período.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis de cada companhia. Para os segmentos de Telecomunicações e Contact Center e Cobrança, as informações financeiras estão apresentadas na Nota 13.

Segmento de Shopping Centers

Segmento na prestação de serviços e administração de shopping centers.

	Período de três meses findo em 30/06/2013				
	Controladora	Iguatemi	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita	707	109.572		(507)	109.772
Deduções	(101)	(12.663)			(12.764)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	606	96.909		(507)	97.008
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(35)	(26.349)			(26.384)

Notas Explicativas

Resultado Bruto	571	70.560		(507)	70.624
Despesas/Receitas Operacionais	(9.000)	(12.467)	(34.644)	6.331	(49.780)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.148)	(16.722)	(5.370)	591	(24.649)
Outras Receitas Operacionais	473	3.528	1.567	31	5.599
Outras Despesas Operacionais	(218)	(5.003)	(421)	(84)	(5.726)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.107)	5.730	(30.420)	5.793	(25.004)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(8.429)	58.093	(34.644)	5.824	20.844
Resultado Financeiro	(1.500)	(11.444)	2.290	-	(10.654)
Receitas Financeiras	3.656	28.896	4.264	(1.999)	34.817
Despesas Financeiras	(5.156)	(40.340)	(1.974)	1.999	(45.471)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(9.929)	46.649	(32.354)	5.824	10.190
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	(11.105)	-	-	(11.105)
Corrente	-	(7.787)	-	-	(7.787)
Diferido	-	(3.318)	-	-	(3.318)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(9.929)	35.544	(32.354)	5.824	(915)
Lucro/Prejuízo do Período	(9.929)	35.544	(32.354)	5.824	(915)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	-	-	(9.929)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-	9.014

	Período de seis meses findo em 30/06/2013				
	Controladora	Iguatemi	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita	1.432	213.434	-	(1.028)	213.838
Deduções	(204)	(23.708)	-		(23.912)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.228	189.726	-	(1.028)	189.926
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(105)	(52.705)	-		(52.810)
Resultado Bruto	1.123	137.021	-	(1.028)	137.116
Despesas/Receitas Operacionais	(12.715)	(9.705)	(72.347)	6.273	(88.494)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.770)	(28.953)	(10.409)	1.199	(44.933)
Outras Receitas Operacionais	473	19.101	1.574	7	21.155
Outras Despesas Operacionais	(491)	(10.735)	(1.111)	(116)	(12.453)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.927)	10.882	(62.401)	5.183	(52.263)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(11.592)	127.316	(72.347)	5.245	48.622
Resultado Financeiro	(2.609)	(24.553)	6.474	-	(20.688)
Receitas Financeiras	7.461	48.189	8.919	(2.463)	62.106
Despesas Financeiras	(10.070)	(72.742)	(2.445)	2.463	(82.794)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(14.201)	102.763	(65.873)	5.245	27.934
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	(19.881)	-	-	(19.881)
Corrente	-	(14.904)	-	-	(14.904)
Diferido	-	(4.977)	-	-	(4.977)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(14.201)	82.882	(65.873)	5.245	8.053
Lucro/Prejuízo do Período	(14.201)	82.882	(65.873)	5.245	8.053
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	-	-	(14.201)

Notas Explicativas

Atribuído a Sócios Não Controladores - - - - 22.254

	Período de três meses findo em 30/06/2012				
	Controladora	Iguatemi	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita	698	105.533	-	(698)	105.533
Deduções	(100)	(10.836)	-	-	(10.936)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	598	94.697	-	(698)	94.597
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(89)	(24.691)	-	-	(24.780)
Resultado Bruto	509	70.006	-	(698)	69.817
Despesas/Receitas Operacionais	15.463	2.654	(17.503)	(19.473)	(18.859)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.647)	(13.901)	(2.853)	814	(20.587)
Outras Receitas Operacionais	1.127	24.364	366	31	25.888
Outras Despesas Operacionais	(726)	(3.961)	(39)	(116)	(4.842)
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.709	(3.848)	(14.977)	(20.202)	(19.318)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.972	72.660	(17.503)	(20.171)	50.958
Resultado Financeiro	948	(9.051)	4.168	-	(3.935)
Receitas Financeiras	8.327	27.270	6.711	818	43.126
Despesas Financeiras	(7.379)	(36.321)	(2.543)	(818)	(47.061)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.920	63.609	(13.335)	(20.171)	47.023
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	(9.561)	(144)	-	(9.705)
Corrente	-	(7.277)	(144)	-	(7.421)
Diferido	-	(2.284)	-	-	(2.284)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.920	54.048	(13.479)	(20.171)	37.318
Lucro/Prejuízo do Período	16.920	54.048	(13.479)	(20.171)	37.318
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	-	-	16.920
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-	20.398

	Período de seis meses findo em 30/06/2012				
	Controladora	Iguatemi	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita	1.369	206.163	-	(1.175)	206.357
Deduções	(195)	(22.167)	-	-	(22.362)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.174	183.996	-	(1.175)	183.995
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(286)	(46.476)	-	-	(46.762)
Resultado Bruto	888	137.520	-	(1.175)	137.233
Despesas/Receitas Operacionais	7.135	(12.280)	(50.545)	(16.738)	(72.428)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.186)	(25.872)	(7.005)	1.370	(41.693)
Outras Receitas Operacionais	1.135	28.613	342	62	30.152
Outras Despesas Operacionais	(1.002)	(8.231)	(615)	(195)	(10.043)
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.188	(6.790)	(43.267)	(17.975)	(50.844)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.023	125.240	(50.545)	(17.913)	64.805
Resultado Financeiro	449	(20.097)	11.964	-	(7.684)
Receitas Financeiras	18.998	51.473	16.255	(1.478)	85.248
Despesas Financeiras	(18.549)	(71.570)	(4.291)	1.478	(92.932)

Notas Explicativas

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.472	105.143	(38.581)	(17.913)	57.121
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	(18.881)	(845)	-	(19.726)
Corrente	-	(13.991)	(845)	-	(14.836)
Diferido	-	(4.890)	-	-	(4.890)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.472	86.262	(39.426)	(17.913)	37.395
Lucro/Prejuízo do Período	8.472	86.262	(39.426)	(17.913)	37.395
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	-	-	8.472
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-	28.923

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

Transações	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	-	35.742	-	-
LF Tel S.A.	1	1	1	1
Jereissati Telecom S.A.	89	89	89	89
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Fleury Alliegro Imóveis Ltda.	-	-	27	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE Iguatemi Empreend. Imobiliários S.A.	-	-	81	-
	90	35.832	198	90
Ativo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
South Mall Holding Ltda (i)	-	-	3.565	3.423
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Participações Ltda.	-	-	-	3.069
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outras	-	-	-	764
	-	-	3.565	7.256
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
LF Tel S.A.	-	-	7.600	7.600
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	26.981	35.032
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	44.445	69.231
	-	-	79.026	111.863
Total do Ativo	90	35.832	82.788	119.209
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A	-	-	332	332
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Empreendimentos Imob. e Participações Ltda.	-	483	1.023	1.023
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas não controladores	-	-	1	29.369
	-	483	1.356	30.724
Passivo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				

Notas Explicativas

Outros acionistas	-	3.903	-	3.903
Mútuos com partes relacionadas				
EDSP75 Participações S.A. (ii)	-	-	203.437	203.437
Total do Passivo	-	4.386	204.793	238.064
Período de três meses findos em				
Resultado do período	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Serviços prestados (iii)				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	591	582	-	-
Receitas (despesas) financeiras				
Itatinga Sociedade Comercial Industrial e Agrícola S.A.	-	-	-	26
South Mall Holding Ltda	-	-	(614)	186
Anwold Malls Corporation	-	-	220	113
	591	582	(394)	325
Período de seis meses findos em				
Resultado do período	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Serviços prestados				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	1.199	1.138	-	-
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A	-	2.184	-	2.184
Itatinga Sociedade Comercial Industrial e Agrícola S.A.	-	-	-	57
South Mall Holding Ltda	-	-	143	367
Anwold Malls Corporation	-	-	(231)	(204)
	1.199	3.322	(88)	2.404

- (i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta Jereissati Telecom e a South Mall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2014 e taxa de juros taxa de 100% CDI CETIP.
- (ii) Em 31 de março de 2011, a controlada Jereissati Telecom celebrou com sua controlada em conjunto EDSP75 Participações S.A., instrumento particular de contrato de mútuo, que prevê a obtenção de empréstimo no montante de R\$203.457, sem juros e correção monetária e liquidável em 20 anos contados a partir da data de celebração inicial. Tal contrato pode, a qualquer momento durante o seu prazo de vigência, a critério da controlada Jereissati Telecom, ser amortizado parcialmente ou liquidado, não possuindo a Administração, contudo, previsibilidade quanto a tal liquidação.
- (iii) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e é sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2013, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R\$799 (30/06/2012 – R\$798); a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$400 (30/06/2012 - R\$340).
- (iv) Receitas e despesas financeiras referente a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

(b) Garantias

Notas Explicativas

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no período findo em 30 de junho de 2013, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$400 (30/06/2012 - R\$340).

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Iguatemi na qualidade de interveniente o Instrumento Particular de Financiamento para Construção de Imóvel com Garantia Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças – Contrato nº 1595/13 a ser firmado por sua controlada CSC 41 Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.631.610/0001-68, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42), no valor de R\$115.000 (cento e quinze milhões de reais), com taxa de juros CDI + 1% ao ano e prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses para desenvolvimento das obras do Shopping Center Esplanada.

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 732/2012, de 17.07.2012, financiamento no valor de R\$117.312, divididos em 4 (quatro) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP.

Em 01 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R\$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, sendo que recebido até a presente data R\$35.000, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R\$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP.

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R\$90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Períodos de três meses findos em

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012 (reapresentado)
Benefícios de curto prazo	1.972	1.188	4.479
Remuneração com base em ações	-	-	175
	1.972	1.188	4.654

	Controladora		Consolidado
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2012 (reapresentado)
Benefícios de curto prazo	2.802	1.840	7.669
Remuneração com base em ações	-	-	467
	2.802	1.840	8.136

25. SEGUROS

Em 30 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros ⁽¹⁾:

(a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A (55%) e com a Itaú Seguros S.A. (45%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$290.000 relativos aos danos materiais; e R\$180.698 relativos a lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2013.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torre	266.919	180.698	447.617
Shopping Center Iguatemi Campinas	284.825	99.143	383.968
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	182.145	100.706	282.851
Shopping Center Iguatemi Alphaville	201.969	45.557	247.526
Shopping Center Iguatemi Brasília	179.268	58.891	238.159
Shopping Center Praia de Belas	175.185	45.049	220.234
Market Place Shopping Center	164.026	55.897	219.923
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	169.509	35.594	205.103
Shopping Center Galeria	111.316	25.158	136.474
Shopping Center Esplanada	75.080	45.557	120.637
Market Place Tower I	65.164	13.661	78.825
Shopping Center Iguatemi São Carlos	67.529	9.246	76.775
Market Place Tower II	59.362	13.661	73.023
Power Center Campinas	17.675	4.746	22.421
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	7.117	-	7.117

Notas Explicativas

Com a abertura do Shopping Center JK Iguatemi foi contratado seguro de riscos nomeados específico que abrangem os usuais riscos que podem impactá-lo. Tal seguro, contratado com a Allianz Seguros S.A. (51%) e Itaú Seguros S.A. (49%), prevê o limite máximo para a indenização de R\$294.000 relativos a danos materiais e R\$91.383 relativos a lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2013.

<u>Local Segurado</u>	<u>Danos Materiais</u>	<u>Lucros Cessantes</u>	<u>Total</u>
Shopping Center Iguatemi JK	288.924	91.383	380.307

(b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2013.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$10 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados; (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1.000); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$300); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

⁽¹⁾ Não auditado.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de abril de 2013, a controlada direta Iguatemi assinou com a Construtora São José e o CSHG Brasil Shopping - Fundo de Investimento Imobiliário - FII, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo uma Proposta de Aquisição irrevogável e irretratável para aquisição de uma fração ideal de 41% de um Outlet Premium em desenvolvimento na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, pelo valor de R\$46.200. A conclusão do negócio se dará após a satisfação de determinadas condições usuais neste tipo de transação.

Segmento de Telecomunicações

(a) Reapresentação das Demonstrações Financeiras - DFPs de 31 de dezembro de 2012

A Oi em virtude da sua Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012 (letra (d) abaixo), através das incorporações da Coari Participações S.A. (Coari) e da TNL e de seus respectivos acervos líquidos, reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da Brasil Telecom

Notas Explicativas

S.A.(atual Oi S.A). A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada companhia, prospectivamente.

Posteriormente, a Oi formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da administração, melhor representa a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.), considerando a configuração societária do Grupo Oi, cujo controlador majoritário final é a Telemar Participações S.A., levando em consideração que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs não prevêem o tratamento contábil para transações de reestruturação societária de empresas sob controle comum. Este tratamento contábil, ora adotado, enfoca a reorganização societária sob a ótica da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.) que é a entidade remanescente e, por conseguinte, não contempla a atribuição de mais valia para seus próprios ativos líquidos, enquanto o outro tratamento contábil anteriormente adotado, ora alterado, enfocava a reorganização societária sob a ótica da Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL) e, consequentemente, contemplava a atribuição de mais valia aos ativos líquidos próprios da Brasil Telecom S.A.

Em 24 de abril de 2013, a CVM em reunião do seu Colegiado deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na Telemar Participações S.A., empresa controladora majoritária da Oi S.A., entendendo que a alternativa ora adotada aparenta ser a mais adequada ao caso concreto, representando uma informação mais relevante e confiável para o investidor. Tal fato foi comunicado através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013.

Consequentemente, as demonstrações financeiras da Oi e da Telemar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações trimestrais de 30 de junho de 2012 foram reapresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil. Os efeitos decorrentes das reapresentações das referidas demonstrações não produziram efeitos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e nem para as informações trimestrais de 30 de junho de 2012 da Companhia, devido a recomposição da mais valia nas informações financeiras das controladoras.

(b) Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Oi, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Oi, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Oi, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa “holding” do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos “workstreams” conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

Notas Explicativas

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

(d) Reorganizações Societárias

Reorganização Societária de 2013

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

Reorganizações Societárias de 2012

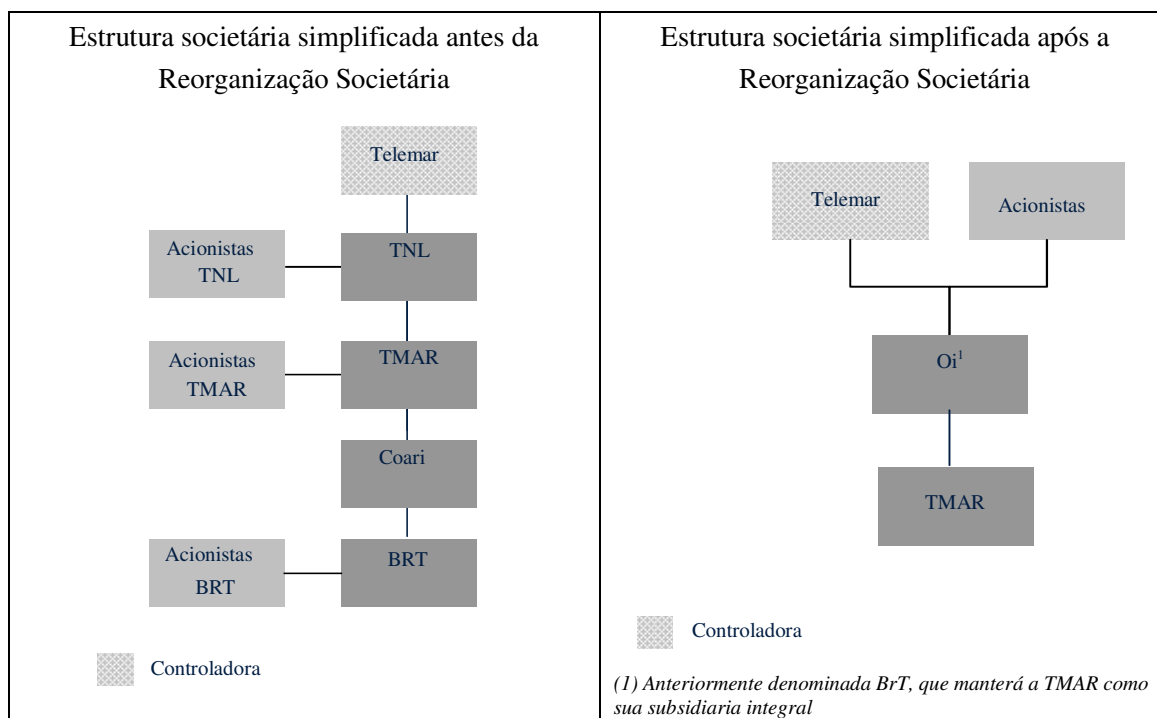
Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

Notas Explicativas



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de

Notas Explicativas

2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

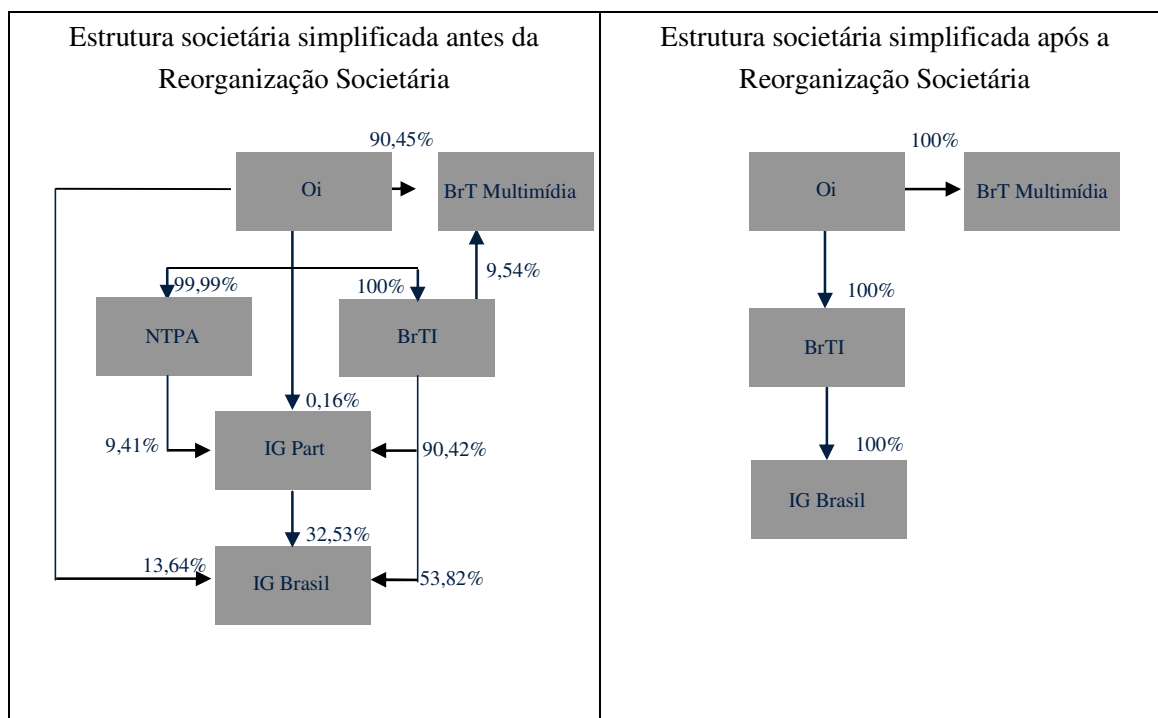
As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente, e inclui o montante da mais-valia apurada sobre os ativos imobilizado e intangível, na aquisição do controle da (à época) Brasil Telecom S.A., nos termos do parágrafo 44, letra (a) da Interpretação Técnica ICPC 09. O aumento no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$13.574.013. Nessa operação, a Companhia apurou um ganho indireto no valor de R\$100.748, representado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pela linha “Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária”.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrT Internet (“BrTI”), pela Oi, no valor de R\$51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Oi na NTPA (99,99%), iG Participações (“iG Part”) (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Oi (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.

Notas Explicativas



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “*holdings*” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação de sua estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

(e) Dividendos a recebidos da PT

Em 19 de abril de 2013, a Assembleia Geral Anual de Acionistas da Portugal Telecom aprovou distribuição de resultado do exercício o equivalente a € 0,325 por ação, a ser pago aos acionistas no dia 17 de maio de 2013. Nesta data, a TMAR detentora de ações da PT recebeu dividendos no montante de € 29.137 (R\$75.994).

Notas Explicativas

(f) Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril de 2013, a Oi e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,09 bilhões. A conclusão da referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes, incluindo aprovação da ANATEL e do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Em conexão com essa transação foram recebidos antecipadamente e classificados na conta de Adiantamentos recebidos o montante R\$1.065.176 com referência a 30 de junho de 2013.

Grupo de Contact Center e Cobrança

(a) Constituição e reorganizações de 2013 e 2012

Incorporação da parcela cindida da CTX

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2013, foi aprovada, dentre outros: (i) a incorporação da parcela cindida da CTX ao patrimônio da Contax Participações; (ii) o desdobramento das ações representativas do capital social da Contax Participações, de forma que cada ação de sua emissão emitida após a aprovação da Cisão Parcial passe a ser representada por 5 (cinco) ações da mesma espécie. A relação de substituição acarretou na atribuição em favor dos acionistas da CTX, 22.337.465 novas ações ordinárias de emissão da Contax Participações, em substituição a 17.869.972 ações ordinárias de emissão da Contax Participações, canceladas por força da cisão parcial, representativas da totalidade da participação da CTX em ações ordinárias de emissão da Contax Participações, ensejando um prêmio de 25% para esta parcela da participação da CTX, sendo que as novas ações de emissão da Contax Participações foram atribuídas aos acionistas da CTX na proporção por eles detida no capital da CTX. A incorporação da parcela cindida da CTX acarretou, também, uma redução do capital social da Contax Participações no valor de R\$76.691, o qual corresponde ao montante do acervo líquido negativo absorvido pela Contax Participações em virtude da cisão parcial mencionada.

Posição acionária da Contax Participações (em milhares de ações) após a operação:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
CTX Participações S.A.	14.750	50,11%	4.137	10,42%	18.887	27,31%
Portugal Telecom Brasil S.A.	1.510	5,13%	2.782	7,00%	4.292	6,21%
AG Telecom Participações S.A.	2.653	9,01%	-	-	2.653	3,84%
LF Tel S.A.	2.653	9,01%	-	-	2.653	3,84%
Fundação Atlântico de Seguridade Social – FASS	772	2,62%	-	-	772	1,12%
Ações em tesouraria	352	1,20%	-	-	352	0,51%
Ações em circulação	6.745	22,91%	32.800	82,58%	39.545	57,18%
Total	29.435	100,0%	39.719	100,0%	69.154	100,0%

Aquisição TODO

Notas Explicativas

Em abril de 2013, a Contax S.A. adquiriu os 20% das ações de sua controlada TODO Soluções em Tecnologia S.A. e passou a deter a totalidade das ações desta companhia. Em maio de 2013, a TODO Soluções em Tecnologia S.A. foi incorporada pela GPTI. Adicionalmente, a razão social da GPTI foi alterada para TODO Tecnologia da Informação (“TODO”).

Aquisição Stratton Nea

Em abril de 2013, foi constituída a empresa Stratton Nea, na cidade de Cordoba, Argentina. O objetivo da constituição desta empresa foi a obtenção de benefícios fiscais para o Segmento de Contact Center e Cobrança.

Constituição da empresa Ability Trade Marketing Colombia S.A.S.

Em 21 de janeiro de 2013, foi constituída a empresa Ability Trade Marketing Colombia S.A.S. (“Ability Colombia”), na cidade de Bogotá - Colombia. A Ability Colombia tem como objeto social atividades de prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda, promoção de vendas, merchandising e marketing, planejamento de campanhas e sistemas de publicidade, consultoria em publicidade, pesquisas de mercado e opinião pública, dentre outros.

Incorporação da Contax Colômbia S.A.S.

Em outubro de 2012, a Contax Colômbia S.A.S. (“Contax Colômbia”) foi incorporada pela sociedade controlada Multienlace S.A.S. (“Incorporadora”). No mês de dezembro de 2012, houve a transferência do controle acionário da Multienlace S.A.S da Contax S.A. para a Stratton Spain S.L.

Controle da Dedic

A partir de fevereiro de 2012, a Contax S.A. passou a deter o controle direto da Dedic através da aquisição da totalidade de suas ações junto a Contax Participações.

(b) Substituição do INSS patronal nos setores de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Com a conversão da Medida Provisória nº 540/2011 na Lei nº 12.546/2011, ficou regulamentada a redução da alíquota do INSS a partir de Abril de 2012. Os artigos 7º, 8º, 9º e 52º da referida Lei estabelecem que a alíquota patronal de INSS de 20% sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais das empresas que prestam exclusivamente serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC) será substituída, no período de 1º de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, pela alíquota de 2,5% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrou em vigor no mês de agosto de 2012.

(c) Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no Brasil. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Notas Explicativas

Em 2013, a Seção de Dissídios Individuais – SDI 1, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por maioria de votos, que a terceirização de serviços de contact center de outra operadora de telefonia móvel era ilícita.

Em 2010 e 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu duas liminares, em Reclamações Constitucionais apresentadas por uma empresa de telefonia móvel e outra do setor de energia elétrica, suspendendo decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os pedidos das empresas demonstravam que Lei posterior à Súmula nº 331 do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações e energia elétrica está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de três projetos de leis abordando o tema. Em outubro de 2011, uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados encaminhou um relatório com propostas para regulamentação do trabalho terceirizado. Atualmente, a principal proposição em tramitação é o Projeto de Lei nº 4.330/2004, já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e sob apreciação da Comissão de Constituição de Justiça. Ambos os textos trazem importantes avanços como, por exemplo, o fim do conceito de atividade fim e atividade meio e a responsabilidade subsidiária. No entanto, as polêmicas que envolvem essa matéria tornaram difícil uma posição do Poder Legislativo no ano de 2012.

As decisões provenientes dos Tribunais do Trabalho e a promulgação de uma eventual lei que estabeleça limites à terceirização configurarão um cenário mais estreito no âmbito dos serviços atualmente permitidos. Adicionalmente, outras ações do governo podem afetar o posicionamento de clientes atuais e futuros do Grupo de Contact Center e Cobrança, no sentido de não optarem pela terceirização, exercendo, portanto, um efeito negativo sobre suas operações.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da JPP no valor de R\$647.495.653,71, mediante a emissão de 1.273.641.350 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas pelos Acionistas Jereissati, mediante conferência ao capital da JPP de 287.945.858 ações ordinárias e 221.511.002 ações preferenciais representativas do capital social da Companhia de titularidade dos Acionistas Jereissati (vide Nota 1).

Em 16 de julho de 2013, foi protocolado na Comissão de Valores Mobiliários, o pedido de Registro de Emissor de Valores Mobiliários Categoria “A” da JPP. Nesta mesma data, foi protocolado na BM&FBOVESPA, a solicitação de listagem das ações de emissão da JPP no segmento Bovespa Mais (vide Nota 1).

Segmento de Shopping Centers

Em 10 de julho de 2013, a controlada direta Iguatemi emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Itaú BBA (CCB), com o valor principal de R\$150.000, acrescida de remuneração, incidente sobre o valor de principal não amortizado, composta por (i) atualização monetária da

Notas Explicativas

variação percentual acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), que ocorrerá mensalmente, e (ii) juros remuneratórios à taxa de 4% a.a. O prazo da CCB é de oito anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 19 de julho de 2021, ocorrendo o pagamento de juros semestralmente a partir de 18 de janeiro de 2014.

Nos termos da CCB, a Iguatemi comprometeu-se a utilizar os Créditos Imobiliários para o financiamento, por meio de participação societária em sociedades de propósito específico SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda (SJRP), exclusivamente para realização de obras de construção e desenvolvimento do Shopping Center Iguatemi na Cidade de São José do Rio Preto, correspondente a 93,6368% do Imóvel (Fração Ideal do Empreendimento), percentual este que representa a totalidade da área a ser ocupada pelo Empreendimento.

O Cedente cedeu a Cessionária, os Créditos Imobiliários com o propósito de emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 414 e da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009. A CCI representativa da totalidade dos Créditos Imobiliários integrará o lastro dos CRI da 85ª série da 1ª emissão de CRI da Cessionária, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 85ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização.

A emissão do CRI foi realizada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Iguatemi realizadas em 15 de fevereiro 2013.

Emissão adicional de ações

Em 27 de junho de 2013, em reunião do Conselho de Administração da controlada Iguatemi, foi aprovado o aumento de capital de R\$49.364, mediante a emissão, para subscrição pública, de 2.100.600 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$23,50, integralizadas à vista, adicionalmente a oferta pública realizada em 04 de junho de 2013. O aumento do capital social foi contabilizado em 2 de julho de 2013, condicionado ao recebimento subsequente do montante.

Segmento de Telecomunicações

GlobeNet

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Oi celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária BrT CS pelo valor total equivalente a R\$1.745.590, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo "GlobeNet", representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Oi e suas controladas.

A referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Notas Explicativas

Em conformidade com o CPC 31/IFRS 5, a Oi classificou o grupo de ativos e de passivos da GlobeNet como ativos não circulantes mantidos para a venda e passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda, respectivamente, nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2013. As principais classes desses ativos e passivos estão demonstradas abaixo:

	30/06/2013
Ativos não circulantes mantidos para venda	
Caixa e equivalentes de caixa	192.463
Aplicações financeiras	115.944
Contas a receber	36.160
Tributos a recuperar	88.942
Imobilizado/Intangível	358.576
Outros ativos	41.439
Total	833.524
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda	
Fornecedores	18.331
Tributos a recolher	63.423
Adiantamentos de clientes	198.983
Outros passivos	7.595
Total	288.332

Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 12 de julho de 2013, a Oi e sua controlada TMAR celebraram, com empresa especializada na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$687 milhões. A conclusão da referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes.

Emissão de notas promissórias

Em julho de 2013, a Oi realizou a emissão de R\$ 800 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco BTG Pactual, Banco do Brasil, Banco HSBC, Banco Santander e Bradesco BBI. Ao todo, foram emitidas 800 (oitocentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada ao custo de 104% do CDI, por um prazo de até 90 dias.

Desapropriação de imóvel

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Oi.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$210.000 a título de indenização.

Dividendos

Em 24 de julho de 2013, a Oi divulgou fato relevante informando que seu nível de alavancagem ultrapassou o limite de três vezes o índice da dívida líquida/EBITDA, apurado de acordo com a

Notas Explicativas

Política de Remuneração aos Acionistas divulgada por meio de fato relevante em 17 de abril de 2012. Por essa razão, a Oi informou que não foi observada condição considerada essencial para o pagamento dos dividendos aos acionistas no mês de agosto de 2013.

Em 14 de agosto de 2013, Oi S.A. divulgou fato relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a sua flexibilidade financeira e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas (“Política de Remuneração”) divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

- (i) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;
- (ii) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Oi então prevalecentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Nesse âmbito, no que se refere à remuneração relativa ao exercício de 2013, o Conselho de Administração decidiu que deliberará, até outubro de 2013, o pagamento de dividendos no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), à conta de reserva de lucros da Oi, que será imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

A Oi se mantém confiante quanto às perspectivas futuras de negócio da Oi e acredita que o aumento da flexibilidade financeira reduz os riscos financeiros e permite à Oi executar a sua estratégia e desenvolver o seu negócio, mantendo a sua posição competitiva de longo-prazo.

Aviso Importante Relativo a Declarações Prospectivas:

A proposta de dividendo está sujeita às condições de mercado, à condição financeira da Oi, aos limites legais relativos à distribuição de bens a acionistas, bem como às necessárias aprovações pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data. Neste contexto, as necessárias autorizações e deliberações sociais serão propostas em devido tempo, uma vez verificadas tais condições.

O presente comunicado contém declarações acerca de eventos futuros, de acordo com o U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. São consideradas declarações prospectivas aquelas que não constituem fatos ocorridos no passado, refletindo apenas expectativas e perspectivas da Oi.

Notas Explicativas

Os termos “antecipa”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, e outros termos similares, quando relacionados à Oi e sua administração, indicam declarações prospectivas. Tais declarações refletem a opinião atual da administração e estão sujeitas a diversos riscos e incertezas. Essas declarações se baseiam em diversas presunções e fatores, incluindo fatores gerais de natureza econômica, mercadológica, industrial e operacional. Quaisquer alterações em tais presunções ou fatores poderão levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve depositar excessiva confiança em tais declarações.

Declarações prospectivas se referem unicamente à data em que são prestadas, não se obrigando a Oi a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Pagamento de dividendos

Em 17 de julho de 2013, a Contax Participações pagou dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$55.398 referente ao lucro líquido de 2012 e a utilização da reserva estatutária, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2013.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

O Conselho de Administração da Companhia, em 14 de agosto de 2013, aprovou as presentes Informações Trimestrais – ITR, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas Informações Trimestrais – ITR.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos
Acionistas e Administradores da
Jereissati Participações S.A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A (a Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.d, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes aos períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Avaliação de investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.a, as demonstrações trimestrais individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Jereissati Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém modificação com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada demonstração complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3